



Ana Maria de O. Burmester (Org.)

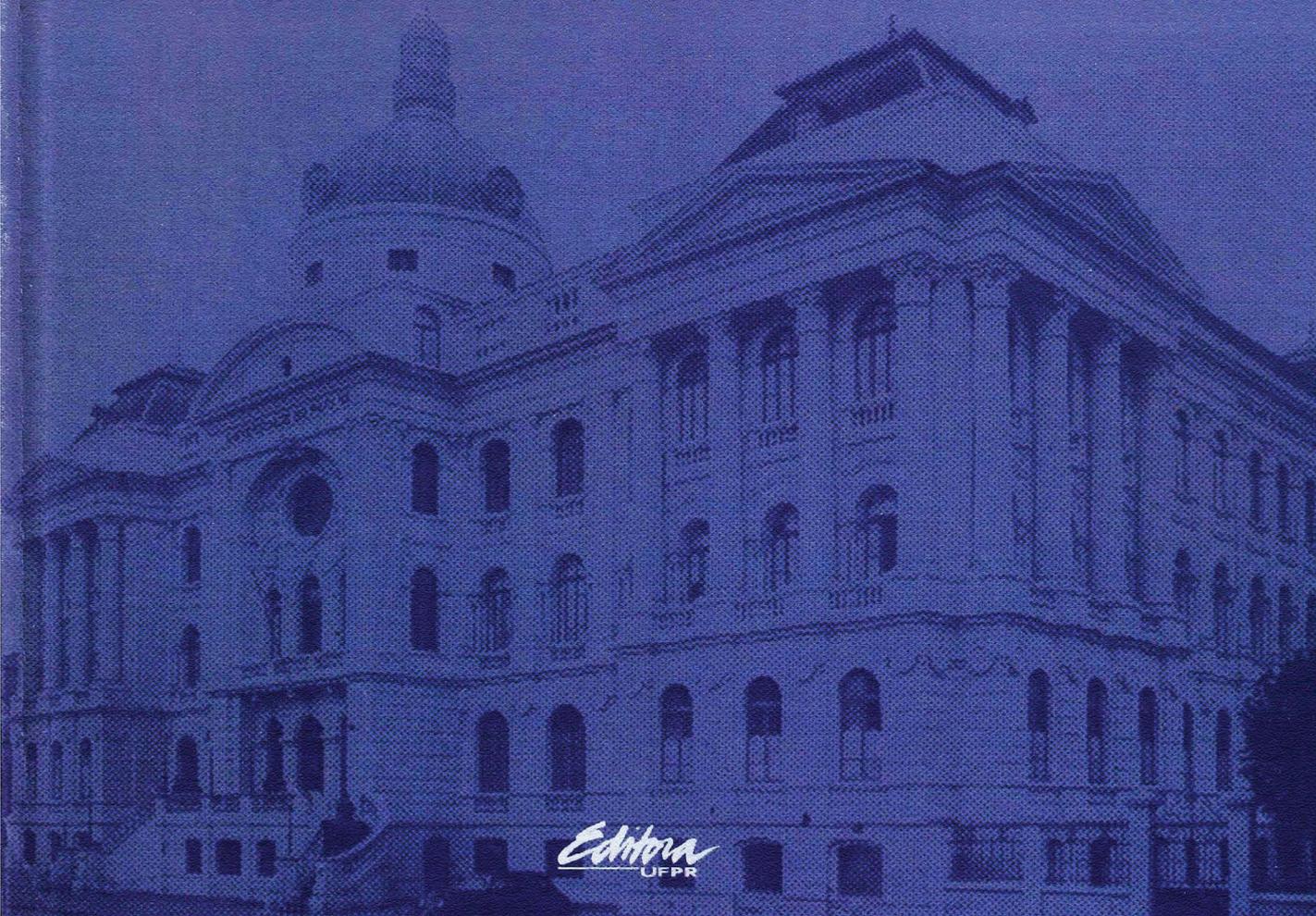
Carlos Alberto Faraco

Carlos Augusto Moreira Jr.

Key Imaguire Jr. e Cleusa de Castro

Renato Janine Ribeiro

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ 90 ANOS EM CONSTRUÇÃO



Editora
UFPR

Blank Page

Blank Page

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
90 ANOS EM CONSTRUÇÃO



Reitor
Carlos Augusto Moreira Júnior

Vice-Reitor
Aldair Tarcisio Rizzi

Pró-Reitoria de Administração
Hamilton Costa Júnior

Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
Maria Tarcisa Silva Bega

Pró-Reitoria de Graduação
Valdo José Cavallet

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Jaisa Fernandes Soares

Pró-Reitoria de Planejamento
Zaki Akel Sobrinho

Pró-Reitoria de Recursos Humanos e Assuntos Estudantis
Roseli Isidoro

Diretor da Editora UFPR
Luís Gonçalves Bueno de Camargo

Ana Maria de O. Burmester (Org.)

Carlos Alberto Faraco

Carlos Augusto Moreira Jr.

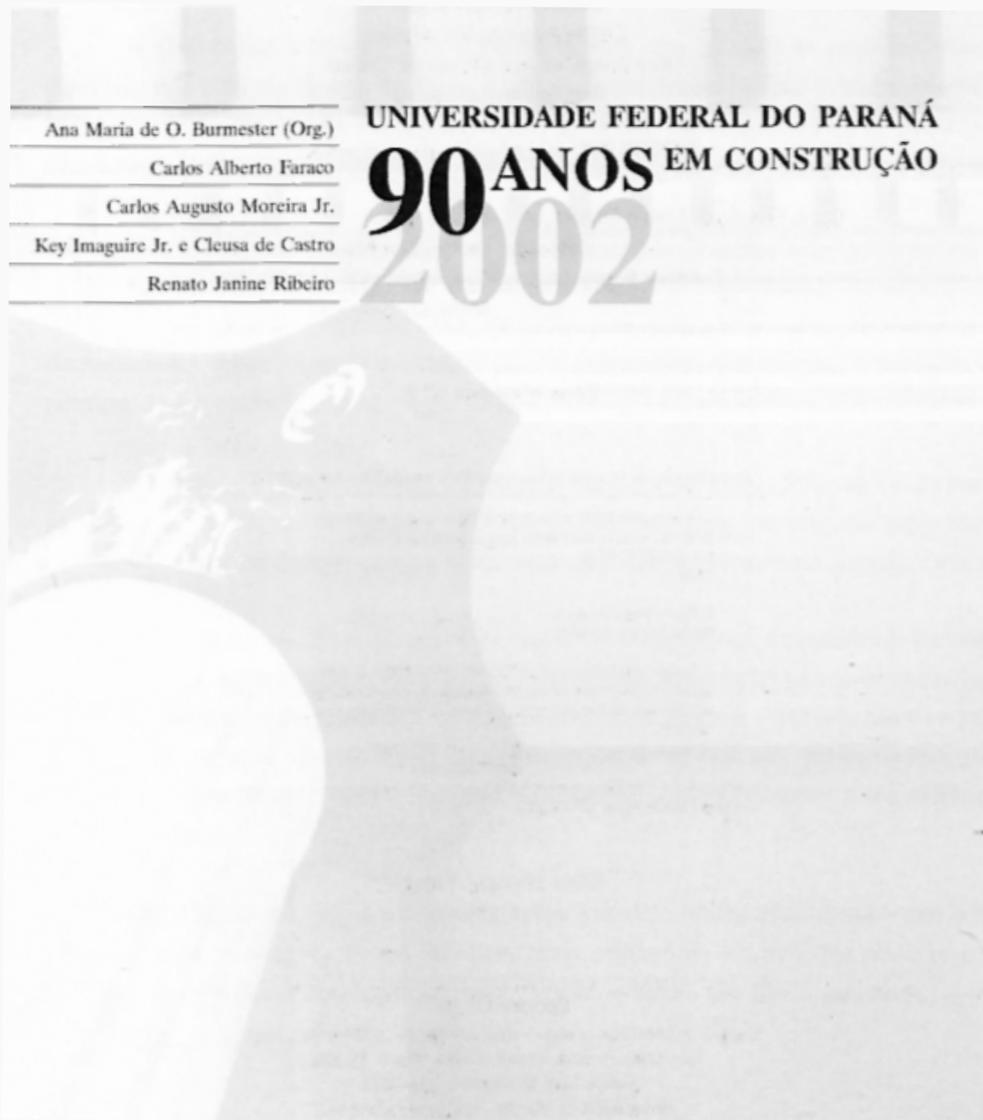
Key Imaguire Jr. e Cleusa de Castro

Renato Janine Ribeiro

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

90 ANOS EM CONSTRUÇÃO

2002



© Ana Maria de O. Burmester (Org.)
Carlos Alberto Faraco
Carlos Augusto Moreira Jr.
Key Imaguire Jr. e Cleusa de Castro
Renato Janine Ribeiro

UFPR 90 anos em construção

Capa, Projeto Gráfico e Editoração: Cecília Yojo
Revisão: Paulo Cezar Maia
Créditos Fotográficos: Ciro Alberto Oliveira Ribeiro
Toshiyuki Sawada

Série Memória nº 9

Coordenação de Processos Técnicos, Sistemas de Bibliotecas, UFPR

Universidade Federal do Paraná: 90 anos em construção)
U 28 Ana Maria de O. Burmester (org.)...[et al.]—Curitiba :
Ed. da UFPR, 2002.
112p.: il.

Edição comemorativa
Notas bibliográficas

1. Universidade Federal do Paraná – 1912-2002. 2. Uni-
versidade Federal do Paraná – História. 3. Universidades e
faculdades. 4. Cidades universitárias. I. Burmester, Ana Ma-
ria de O.

CDD 20.ed. 378.8162
CDU 1976 378.4

Samira Elias Simões CRB-9/755

ISBN 85-7335-110-1
Ref. 335

Editora UFPR

Centro Politécnico - Jardim das Américas - CEP 81531-980
Curitiba - Paraná - Brasil - Caixa Postal 19.029
Tel./fax (41) 361-3380 / 361-3675
www.editora.ufpr.br - editora@ufpr.br

2002

90 ANOS DE COMPROMISSO

A Universidade Federal do Paraná comemora seus 90 anos de existência contínua, concretizando uma plataforma de ideais e metas que incluem educação e conhecimento para todos, além de uma ativa participação nas questões da comunidade. O princípio da democratização do conhecimento e de seu uso ético foi assumido desde a sua origem, em 1912.

A identidade entre a UFPR e a comunidade foi se consolidando na experiência de diversas parcerias e no enfrentamento de problemas sociais e culturais, procurando gerar conhecimentos sobre assuntos relevantes para o desenvolvimento humano e implantação de políticas de intercâmbio e cooperação técnica.

A Declaração Mundial sobre a Educação Superior no Século XXI, aprovada em Paris em 1998, constitui, na atualidade, uma das referências mais importantes para fazer da universidade uma instituição-guia na construção de cenários sociais mais justos e eqüitativos.

A Declaração de Paris destaca, entre outras recomendações, a necessidade de fomentar as políticas de cooperação, com vistas à criação de melhores condições para o desenvolvimento. Enfatiza também, o compartilhamento de conhecimentos teóricos e práticos entre os países e continentes, recomendando o aproveitamento do potencial das novas tecnologias de informação, comunicação e da formação de redes que possam favorecer a transferência de conhecimentos.

Daí o significado desta publicação - cujo conteúdo traduz esses ideais - que o Banco do Brasil apoia e quer ver chegar ao maior leque possível de leitores, que poderão tirar na lição dos 90 anos desta instituição um exemplo para o Brasil que todos queremos.

BANCO DO BRASIL

Blank Page

Sumário

UFPR: 90 anos	
Reverendo o passado, olhando o presente e antevendo o futuro	9
<i>Carlos Augusto Moreira Jr.</i>	
Breve histórico da Universidade Federal do Paraná	17
<i>Carlos Alberto Faraco</i>	
A fundação	17
O desmembramento	20
A restauração	21
A federalização	22
A reforma universitária	23
Eventos contemporâneos	25
Considerações finais	25
Arquitetura da Universidade Federal do Paraná	27
<i>Key Imaguire e Cleusa de Castro</i>	
Introdução	27
Universidade do Paraná, ano um: a erva-mate, o sobrado e a universidade	29
Os tempos de construção: o eclético “Palácio da Luz”	34
Agronomia, Agrônômicas, Agrárias: o edifício Carlos Cavalcanti	44
O Hospital das Clínicas, uma obra dos tempos do Centenário	48
Edifícios D. Pedro I e II: a Universidade acata o Modernismo	60
O Centro Politécnico: engenharias, tecnologia e modernidade	67
Um lar para moças estudiosas: a Casa da Estudante Universitária	79
O Campus Jardim Botânico e a pós-modernidade arquitetônica	83
Conclusão	90
A Universidade pública e o futuro	95
<i>Renato Janine Ribeiro</i>	
À guisa de conclusão	107
<i>Ana Maria de O. Burmester.</i>	

Blank Page

UFPR: 90 anos

Reverendo o passado, olhando o presente e antevendo o futuro

Carlos Augusto Moreira Jr.*

Noventa anos! A primeira do Brasil! Noventa anos construindo o futuro deste país. Noventa anos de história. É que história! Resgatar o passado da Universidade Federal do Paraná nos ajuda a entender o presente e nos prepara melhor para o futuro. A odisséia desta Universidade, desde sua fundação, mostra de maneira inequívoca por que ela é símbolo da cidade de Curitiba e orgulho de todos os paranaenses. Portanto, é com grande satisfação que ofereço a toda sociedade brasileira este livro, que retrata a história desta Universidade do ponto de vista arquitetônico, narra seus grandes momentos e faz uma análise sobre o futuro da universidade pública neste país.

Permita-me, agora, fazer uma incursão no tempo, voltando para trás quase cem anos. Em 1904, o Paraná, apesar de emancipado politicamente desde 1853, por decisão do Supremo Tribunal Federal, perde para Santa Catarina 48 mil quilômetros quadrados na região sudoeste do estado, o chamado Contestado. Suas lideranças políticas recorrem, mas em 1909 é ratificada a decisão. A auto-estima dos paranaenses vai a zero.

Passam-se dois anos e, em 1911, a Lei Rivadávia libera o ensino superior no Brasil. Nessa época, o diretor da Escola Republicana, Prof. Fernando Moreira, vai ao Rio de Janeiro e, em audiência com o ministro Rivadávia, observa que a criação de uma universidade no Paraná é possível, desde que houvesse recursos financeiros. As primeiras tentativas para levantamento de fundos falham, mas o grupo de interessados na criação da universidade amplia-se e, em novembro de 1912, dois grupos distintos, um liderado por Vitor Ferreira do Amaral e outro por Nilo Cairo, juntam-se para criar a Universidade do Paraná, que segundo jornal da época formaria “o homem que sabe em oposição ao homem que finge saber”.

No início de dezembro de 1912, Nilo Cairo convida o governador Carlos Cavalcanti para integrar o corpo docente da Universidade. O governador diz que gostaria de auxiliar o

* Professor titular do Departamento de Oftalmo-Otorrinolaringologia.
Reitor da Universidade Federal do Paraná.

empreendimento, porém ficaria mais livre para ajudar se não fizesse parte dos quadros da universidade. Disse ele: “Não posso dar alguma coisa a mim mesmo, mas sugiro que a sessão inaugural seja em 19 de dezembro, data da emancipação política do Paraná”. Pois bem, aos 19 dias de dezembro de 1912, o Paraná proclama sua emancipação intelectual, fundando a Universidade do Paraná.

Plácido e Silva, em suas memórias, publicadas pelo jornal *Gazeta do Povo*, narra o seguinte: “No início do ano de 1913 fui até a sede da recém criada universidade, à Rua Comendador Araújo, para inscrever-me nos exames de seleção. Paguei a inscrição ao tesoureiro, Dr. Flavio Luz, que me indicou a secretaria. Nela se encontrava o Dr. Nilo Cairo, que leu meu requerimento em voz alta. – Oscar José Plácido e Silva desejando... etc... etc. A seguir, Nilo Cairo soltou um brado. – Vitor, chegou o primeiro!”.

Ainda em 1913, iniciam-se os estudos para uma sede que pudesse albergar a instituição de forma adequada. Em agosto, é chamado o construtor Bortolo Bergonse para realizar a obra. No dia 20 daquele mês, Nilo Cairo leva o contrato para que o Dr. Vitor assinasse, ao que lhe disse o reitor:

– Mas seu Nilo, como é que havemos de assinar este contrato e pagar duzentos e cinquenta contos, quando não temos um xis em caixa?

– Assina Vitor, disse Nilo Cairo. Que importa que não tenhamos um vintém? Depois do tijolo na parede, quero ver o Bergonse tirar de lá e a universidade ficará de pé.

E o Dr. Vitor com a coragem típica daqueles que passam para a história, firma o documento. A profecia de Nilo Cairo cumpre-se. O prédio é construído e pago regamente. Nilo Cairo escreveu: “esse Bergonse foi um herói, mesmo sabendo que não tínhamos dinheiro, ousou e construiu, bem por isso merece uma estátua”.

Em abril de 1914, o prédio já estava muito adiantado e podia abrigar as salas de aula, mas apesar de insistentes pedidos feitos pelos estudantes para mudar para a nova sede, que tinha melhores condições de ensino que as instalações antigas da Rua Comendador Araújo, Dr. Vitor insistia em inaugurá-lo somente depois de totalmente pronto. Ai, neste momento, começa o movimento estudantil desta Universidade. Os alunos simulam um princípio de incêndio e quando revoa o grito de FOGO, FOGO, os estudantes saem imediatamente à rua carregando os móveis na cabeça, e no dia 12 de abril de 1914 a cidade assiste a

um espetáculo pitoresco: os estudantes numa longa fila indiana, com o mobiliário na cabeça, fazendo a mudança de sua escola!

Em 1915, é aprovada a lei Maximiliano, que tolhe a liberdade do ensino superior no país, permitindo somente que municípios com mais de 100 mil habitantes tenham uma universidade. Retira, portanto, a possibilidade de Curitiba ter a sua. A solução é a separação em faculdades. Apesar de várias tentativas, a universidade não encontra apoio no governo federal para a sua manutenção. E, nesta época, durante grave crise de sobrevivência, Dr. Vitor, calcado também na experiência traumática da luta do Contestado, escreve: “o que nos falta, o que necessitamos, é ter mais consciência de nossas energias, mais confiança de nossos destinos como povo e ter fé no futuro”.

O governador Carlos Cavalcanti continua dando todo o apoio, mas, apesar dele, a universidade sobrevive de forma oficial somente até 25 de maio de 1918, quando é dissolvida, embora continuasse ligada a uma administração central. Mas da fachada do Palácio da Luz nunca foi apagado o nome: UNIVERSIDADE DO PARANÁ.

Em 1920 o governo federal funda a Universidade do Rio de Janeiro, que na realidade era apenas um agrupamento de escolas superiores já existentes, sem a menor afinidade de interesses. Bem diferente foi o ambiente que cercou a criação e sustentação da Universidade do Paraná, com enorme vibração do corpo docente e, principalmente, do corpo discente, apoio integral do governo estadual e municipal e, mais que tudo, participação efetiva de toda a comunidade.

Quando, em 1930, é fundada a Maternidade Vitor do Amaral, ao chegarem os equipamentos para seu funcionamento, vindos do exterior, a universidade pede a isenção das taxas alfandegárias. O requerimento é negado pelo governo federal. Dr. Vitor novamente escreve na *Gazeta do Povo* de 5 de abril de 1929: “Afim não é novidade o que está acontecendo com nossa maternidade. É uma repetição de fatos anteriores, pois cada vez que se trata de beneficiar nosso estado, surge desde logo a má disposição de nossa velha madrasta com empecilho intransponível. O Paraná é o enteado cujo único direito é o dever de enviar para a capital da república o excesso de renda federal”.

Na década de 30 as faculdades perdem o apoio do governo estadual e, em 1935, o *Diário da Tarde* escreve em seu editorial que o culpado pela não restauração da universidade

não é o governo federal, mas sim os próprios paranaenses. Também, forças poderosas contra a reunificação da Universidade do Paraná se articularam dentro das faculdades mantendo sua separação. Em 1938, por exemplo, João Ribeiro de Macedo Filho foi voto vencido na Congregação da Faculdade de Direito, quando defendia a reunificação da universidade.

Com o fim da II Grande Guerra voltam as aspirações para a restauração da universidade, mas o governo federal quer total controle, inclusive sobre a nova proposta de estatutos, que deveria ser analisada pelo ministro. Neste momento surge o primeiro movimento em defesa da autonomia universitária no Brasil. Aloísio França escreve em jornal que quer uma universidade livre, independente didática e economicamente, dirigindo-se sem fiscais nem patrões. Segundo ele, o governo nada sabe sobre pedagogia, nem é autoridade educacional. Autoridade é o professor. Ao governo cabe apenas a obrigação de assegurar materialmente a existência das escolas, o resto é função do professor.

Finalmente, em 6 de junho de 1946, é reconhecida oficialmente a Universidade do Paraná, com Dr. Vitor do Amaral mantido simbolicamente no cargo de reitor. Em março de 1950 é federalizada, tomando-se o que é hoje, a Universidade Federal do Paraná.

No fim dos anos cinquenta, começa um movimento para significativa ampliação da Universidade sob o comando do reitor da época, Prof. Flávio Suplicy de Lacerda. É construído o Centro Politécnico, o Hospital de Clínicas, o complexo da reitoria e tantas outras obras, que tornaram a UFPR uma das maiores instituições de ensino superior do país.

Durante o período da ditadura militar, a UFPR continuou sendo um bastião na defesa dos direitos democráticos envolvendo-se em uma série de movimentos na luta pelas liberdades civis. Com o processo de abertura democrática, ela voltou a adquirir seu *status* de instituição acadêmica livre, embora a verdadeira autonomia universitária, conforme definida na constituição federal, ainda não tenha ocorrido até o momento.

Este breve prólogo histórico nos remete ao presente e faz-nos refletir sobre o futuro. Atores diferentes, mesmos papéis! A história parece se repetir. E verdade, os tempos são outros, mas, à semelhança do passado, ameaças e oportunidades pairam sobre a Universidade. Portanto, é dever de toda comunidade universitária fazer uma reflexão profunda sobre o tema, seja através do resgate histórico, seja através da discussão coletiva e democrática, para que tais ameaças e oportunidades possam ser identificadas, permitindo-nos trilhar o caminho

inexorável de instituição símbolo de uma cidade e de um estado. Aliás, este simbolismo não reside apenas na beleza arquitetônica do prédio histórico da Universidade, mas, fundamentalmente, nas ações que ela desenvolveu ao longo de seus 90 anos em prol da sociedade paranaense. Como já vimos, a história do Paraná se divide entre antes e depois da fundação da Universidade. Bem disse um educador inglês: “ao se educar um povo, torna-se mais fácil orientá-lo, porém mais difícil conduzi-lo, torna-se mais fácil governá-lo, mas absolutamente impossível escravizá-lo”.

O pensamento universitário atual, conforme proposto pela Conferência Mundial sobre Ensino Superior, patrocinada pela UNESCO, em 1998, tem compromisso com o conhecimento como patrimônio social, com a educação como serviço público, com a qualidade, liberdade e autonomia acadêmicas, com a pluralidade de idéias, com a pesquisa como um fator essencial para a progressão do conhecimento, com a participação democrática e com a busca da pertinência entre educação e as demandas sociais. Por isso, a idéia do Estado mínimo com a privatização dos serviços essenciais como educação e saúde é sempre uma grande ameaça. Se o Estado se desobriga destas atividades, o que sobrar para ele? Desta forma, a comunidade da UFPR tem como princípio inegociável a Universidade pública, gratuita, com mais qualidade e mais compromisso social. Não se trata de ser contra as instituições privadas, que desempenham, igualmente, importante papel na educação da população, mas trata-se sim de chamar o governo à sua responsabilidade para com o sistema de universidades públicas deste país. Nenhum país do mundo prescindiu, em seu esforço para o desenvolvimento e construção de uma sociedade mais justa e igualitária, das universidades públicas como núcleos de excelência em ensino e pesquisa.

Na defesa da universidade pública é preciso mostrar que estamos preocupados não somente com a formação técnica de nossos alunos, mas também com a formação do cidadão. Adolfo Peres Esquivel, prêmio Nobel da Paz, que recebeu o título de Doutor *honoris causa* desta Universidade, bem diz: “É papel das universidades formar cidadãos, não escravos do sistema”. A formação do profissional cidadão é complexa e exige o empenho de todos. É necessário que nossos currículos contemplem o ensino integrado à sociedade. É preciso que tenhamos projetos de extensão com compromisso social. É fundamental que nosso aluno seja um profissional atento às mudanças político-sociais deste país e esteja sintonizado com a

realidade em que vivemos. Enfim, é mandatário aproximar a universidade da sociedade. Afinal, é ela que nos sustenta através de seus impostos. Ao aprofundarmos este vínculo, estaremos fazendo grandes progressos para que sejamos, verdadeiramente, **uma universidade do povo para a comunidade.**

A Convenção Internacional realizada pela Fundação Kellog, sobre o ensino superior no 3º milênio, afirmou que para selar o compromisso entre universidade e sociedade é preciso: 1 - equidade no ingresso; 2 - excelência na graduação; 3 - formação da cidadania; 4 - organizar a capacidade da instituição em atender a comunidade; 5 - avaliação pública do trabalho realizado.

Para selarmos o compromisso da UFPR com a sociedade paranaense é necessário, também, que enfrentemos vários problemas e desafios, entre eles a evasão escolar e o baixo índice de diplomados. As universidades públicas brasileiras formam cerca de 64% dos alunos que nela ingressam. Isto quer dizer que, para cada 100 alunos que iniciam o ensino público superior, somente 64 terminarão o curso. Ora, se a sociedade brasileira nos sustenta para que formemos 100% de nossos alunos, não é justo que ofereçamos pouco mais da metade daquilo que ela espera. O acompanhamento acadêmico dos alunos, o estímulo à permanência no curso e a ousadia para que ofertemos à sociedade as vagas não preenchidas são ações possíveis de acordo com a lei de diretrizes e bases da educação.

Outro problema a enfrentar é a falta de integração entre as universidades do Estado. É necessário resgatar o que está escrito na fachada de nosso prédio histórico: UNIVERSIDADE DO PARANÁ. Afinal, esta é uma universidade de todos os paranaenses e deve se comportar desta forma, fazendo intercâmbio efetivo com outras instituições do estado, especialmente as Universidades Estaduais. O ensino, pesquisa e extensão são indissociáveis e não tem cabimento cada instituição "inventar a sua própria roda", se podemos fazer uma rede acadêmica de ajuda mútua.

Ainda, o Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná presta um serviço de valor inestimável a milhares de paranaenses e brasileiros. Muitos o procuram como última tábua de salvação para seus graves problemas de saúde. Não é possível que os hospitais públicos universitários deste país fiquem sem o auxílio governamental necessário, pois, além do ensino, são a única possibilidade de assistência à saúde da população carente. Viabilizar os hospitais universitários é um dever da classe política brasileira.

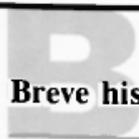
É evidente que existem várias ameaças à sobrevivência da universidade pública no Brasil. Apontei apenas algumas delas e, também, a necessidade de enfrentarmos alguns dos problemas que nos afligem com muita ação e determinação. Cumpre lembrar que a pessoa positiva é aquela que vê em cada ameaça uma oportunidade. A pessoa negativa faz de cada oportunidade um problema. Sejam sempre positivos, pois é somente na ação que a teoria se transforma em competência. Afinal, o lema desta Universidade é “Ciência e Trabalho”. Portanto, UFPR, arregança as mangas. “Mangas arregaçadas” é mais que uma frase de efeito, é a vitória de uma idéia que deveria sempre estar na cabeça de todos.

Um famoso reitor de uma universidade americana uma vez disse: “Envergonhe-se se ao morrer você não tiver contribuído de forma significativa para sua comunidade”. Esta frase tem um significado profundo, especialmente se analisarmos o que esta instituição tem feito em favor de cada um dos membros de sua comunidade. Por isso, tenho dito que sou um devedor desta Universidade, pois foi nela que me formei e realizei meu sonho de professor e de cidadão. Ao declarar-me devedor da instituição, declaro também que é meu desejo servi-la e gostaria de impregnar cada um dos membros da comunidade universitária com o espírito do servidor.

Também é necessário ressaltar a importância de mantermos a unidade entre os membros de nossa comunidade universitária. O evangelho de Marcos é categórico: “nenhuma casa pode subsistir se estiver dividida contra si mesma”. Uma instituição só pode vencer as barreiras que se interpõem ao seu desenvolvimento quando a vontade de todos é superior e manifesta-se com uma pressão irresistível no sentido de fazer as coisas acontecerem.

Finalmente, quero que todos saibam de minha confiança sem limites no brilhante futuro desta Universidade, no seu relevante papel de transformação social e na importância para nossa sociedade, para Curitiba, o Paraná e o Brasil. Pois, esta Universidade quase centenária, que passou por duas guerras mundiais, dois regimes ditatoriais, uma tentativa do governo federal de destruí-la, ameaças políticas das mais diversas, é que temos a obrigação de preservar e tornar ainda melhor. Em suas atividades reside a identidade cultural e intelectual do povo paranaense, reside também a pesquisa de ponta neste estado, a formação de nossos filhos como profissionais e como cidadãos, e certamente o ideário de uma nação livre, soberana e solidária.

Blank Page



Breve histórico da Universidade Federal do Paraná

Carlos Alberto Faraco*

A fundação

A fundação

19 de dezembro de 1912: é fundada em Curitiba a Universidade do Paraná. A Assembléia Geral reuniu-se às 13 horas no salão das sessões do Congresso Legislativo. Era presidida pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva que fora o presidente da Comissão organizadora. Secretariavam a sessão o Dr. Nilo Cairo e o Dr. Daltro Filho.¹

Victor do Amaral fez um breve pronunciamento, lembrando que havia muito sentia-se a necessidade da criação de cursos superiores no Paraná, desde que Rocha Pombo, pioneiramente, lançara a idéia de uma Universidade já em 1892.

Na continuidade dos trabalhos, foram lidos e aprovados os Estatutos. A Assembléia, então, elegeu a primeira diretoria, encabeçada por Victor do Amaral, e aprovou o emblema da nova Instituição com o lema *Scientia et Labor*.

Na noite daquele dia, às 19 horas, no mesmo local, foi realizada a sessão solene de instalação, estando presentes as autoridades do Estado. O orador foi o Dr. Daltro Filho. Em seu discurso,² sustentado na lógica do pensamento positivista, rememorou a história do Brasil e ressaltou a importância que a educação deveria ter na construção da unidade do país.

Ao justificar a criação de uma Universidade, apontou sua relevância para a formação de profissionais nas várias carreiras liberais, formação que deveria estar fundada no conhecimento científico. Era este conhecimento que, segundo ele, delimitava os horizontes da Universidade. A ela caberia demonstrar com rigor as verdades científicas que “são as próprias verdades positivas: não se esgarçam numa série de proposições metafísicas, mais ou menos despidas de sentido; coordenam-se, amarradas em sistemas de relações infrangíveis”.

E concluía sua fala acentuando que a idéia da Universidade no Paraná não era original nem nova. Apontava a iniciativa pioneira de Rocha Pombo em 1892 e dizia que ela se concre-

* Professor titular do Departamento de Linguística, Letras Clássicas e Vernáculas. Reitor da Universidade Federal do Paraná no período de 1990 a 1994.

1 O relato da sessão de criação da Universidade, escrito por Nilo Cairo, encontra-se em UNIVERSIDADE DO PARANÁ. *Relatório geral da Universidade do Paraná apresentado à Assembleia Geral de 19 de dezembro do ano de 1913*. Curitiba: Typ. Alfredo Hoffmann, 1913, p. 17-19.

2 O discurso de Daltro Filho encontra-se reproduzido em WACHOWICZ, R. C. *Universidade do mate: história da UFPR*. Curitiba: APUFPR, 1983, p. 135.

tizava agora, vinte anos depois, pelo “gênio fecundo de Nilo Cairo num lance de esplêndida energia”.

O primeiro ano de vida da Instituição pode ser detalhadamente acompanhado graças ao cuidadoso trabalho de Victor do Amaral e Nilo Cairo expresso no Relatório Geral apresentado à Assembléia Geral de 19 de dezembro de 1913. Este Relatório, reeditado por ocasião dos 75 anos da Universidade, é quase um diário de todas as atividades dos primeiros passos da Instituição.

Os antecedentes imediatos da sessão de criação podem também ser acompanhados pormenorizadamente, seja pelo relato de Nilo Cairo, seja pelo de Victor do Amaral, ambos constando do primeiro Relatório Geral.

Por eles, ficamos sabendo que, durante o ano de 1912, a idéia de criação da Universidade estivera no projeto de dois grupos agindo separadamente, um liderado por Victor do Amaral e o outro por Nilo Cairo.

O professor Ruy Wachowicz, em sua história da Universidade,³ visualiza motivações diferentes em cada um desses grupos. O primeiro teria sido movido fundamentalmente por laços e sentimentos ligados às elites tradicionais paranaenses. Vitor do Amaral era figura pública proeminente (havia sido deputado estadual e secretário da Instrução Pública) e muito respeitada, sentindo como poucos, segundo Wachowicz, as angústias pelas quais passava o Paraná.

Nesse sentido, cabe ressaltar que a tese central do professor Wachowicz em seu livro é que a idéia da criação da Universidade foi fruto da conjuntura do Contestado. O Estado perdera, em 1904, parte de seu território para Santa Catarina por decisão do Supremo Tribunal Federal em processo de disputa de limites dos dois Estados, decisão confirmada em 1909.

Wachowicz considera que esse episódio teria motivado a elite política paranaense a perceber agudamente a necessidade de construir uma identidade mais sólida para o Estado, considerando que a emancipação política fora antes outorgada pelo poder imperial do que uma conquista da população local.

Wachowicz inclui Vitor do Amaral diretamente no segmento da elite que assim pensava. E, para tanto, transcreve (p. 23) um artigo assinado por ele e publicado, em 12 de junho de 1915, no jornal *Comercio do Paraná*, em que relata os episódios da perda do Contestado por “incúria criminoso” do Presidente do Estado.

Vitor do Amaral, segundo Wachowicz, percebia as fragilidades do Estado decorrentes da existência aqui de um número muito reduzido de profissionais de formação superior. Impunha-se, então, a necessidade da criação do ensino superior em nosso Estado.

Já Nilo Cairo era o porta-voz de um grupo cuja motivação vinha não de sentimentos históricos regionalistas de afirmação, mas dos ideais do positivismo. A maioria dos componentes deste segundo grupo era de militares (o próprio Nilo era médico militar) identificados com os ideais que erigiram a República. Wachowicz lembra que, na época, havia em Curitiba uma população militar relativamente numerosa face aos projetos rodoviários e ferroviários em que o exército nacional estava envolvido.

Por volta de outubro daquele ano, os dois grupos finalmente se unem e, sob a presidência de Vitor do Amaral, preparam os Estatutos submetidos à Assembléia do dia 19 de dezembro.

A escolha desta data não foi acidental. Havia a intenção de identificar claramente a Universidade e o Estado. Nas palavras de Vitor do Amaral, o dia 19 de dezembro que “representava a emancipação política do Estado, devia também simbolizar a sua emancipação intelectual”.⁴

O quadro jurídico que estimulava a criação da Universidade era o da chamada Lei Rivadávia. Na verdade, tratava-se do Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911, de iniciativa do ministro do Interior, Rivadávia da Cunha Correa, que liberava e desoficializava o ensino superior no Brasil, rompendo com o monopólio estatal estabelecido no início do século XX.

A nossa Instituição era, portanto, de início, pessoa jurídica de direito privado. Contudo, recebeu, de imediato, apoio do governo do Estado e da Prefeitura de Curitiba. O primeiro fez uma doação em dinheiro para o patrimônio da Universidade e a segunda doou o terreno onde hoje encontra-se o Edifício Central, cuja pedra fundamental foi lançada em 30 de agosto de 1913.

É importante ressaltar que sempre houve uma estreita ligação institucional da Universidade, não só com o poder público municipal e estadual, mas com a sociedade civil em geral. Vale lembrar aqui, nesse sentido, o processo de criação, em 1914, da Maternidade (que hoje leva o nome de Victor do Amaral). Foi iniciativa da Universidade, mas em conjunto com uma Associação civil – a Associação das Damas de Assistência à Maternidade e à Infância – que se responsabilizava pela busca do seu sustento material junto à população da cidade. A atual

⁴ Apud WACHOWICZ, op. cit., p. 47.

sede na Av. Iguazu foi construída em terreno doado pela Sra. Lili Santerre Guimarães. Ao passar o terreno para a Universidade, entregou também uma doação em dinheiro, fruto de uma subscrição pública organizada por ela. A esse valor foram acrescentadas várias doações, inclusive do governo do Estado, que permitiram a construção da sede inaugurada em 1930.

Outro aspecto que merece destaque aqui diz respeito à organização acadêmica inicial da nossa Universidade. A professora Cecília Westphalen, em pormenorizado levantamento histórico, publicado por ocasião dos 75 anos da Universidade,⁵ mostra que, pelos Estatutos de 1912, a Universidade do Paraná era uma instituição unitária, isto é, não se dividia em Faculdades. Oferecia vários cursos sob uma administração central, exercida pela Diretoria e pelo Conselho Superior, composto este por representantes das congregações de cada curso. O surgimento das Faculdades será decorrência das imposições legais da Lei nº 11.530, de 11 de março de 1915, conhecida como Lei Maximiliano.

O desmembramento

Pela Lei nº 11.530/15, o governo federal buscava corrigir situações de verdadeira mercantilização de diplomas favorecida pela liberalização total que a Lei Rivadávia trouxera para o ensino superior.

Se a Lei Maximiliano foi um golpe de morte nas instituições que comercializavam diplomas, atingiu também duramente, por extensão, a nossa Universidade que, nas palavras de Victor do Amaral no primeiro Relatório Geral, tinha como meta

ministrar um ensino sólido e proveitoso, relegando para plano secundário a concessão de diplomas acadêmicos, a fim de não confundir a nossa Universidade com os estabelecimentos adrede fundados para o comércio ilícito da mercancia dos títulos acadêmicos, rotulando os pobres de espírito e ocas fatuidades, que à instrução profícua e ao saber, que enobrece, preferem as lantejoulas de arlequim, compradas na almoeda do mais sórdido e imoral mercantilismo, que a compliance das leis penais tem tolerado.⁶

Diante dessas palavras, vale a pena reproduzir o que afirma Ruy Wachowicz, com muita propriedade: “De todas as Universidades livres surgidas com a Lei Rivadávia, era a do Paraná que apresentava as melhores condições”,⁷ isto é, um compromisso efetivamente acadêmico visando o desenvolvimento social.

20 | 5 WESTPHALEN, C. M. *Universidade Federal do Paraná: 75 anos*. Curitiba: SBPH-PR, 1987.
6 UNIVERSIDADE DO PARANÁ, op. cit., p. 4-5.
7 WACHOWICZ, op. cit., p. 68.

A Lei Maximiliano reinstituía a exigência de equiparação das instituições particulares às congêneres oficiais para que seus diplomas tivessem validade nacional. A equiparação só poderia ser requerida passados cinco anos de funcionamento do curso. Por fim, a referida Lei exigia que a cidade-sede de curso superior tivesse no mínimo cem mil habitantes.

A perspectiva imediata era a de fechamento da nossa Universidade: Curitiba não tinha cem mil habitantes e os cursos funcionavam havia apenas três anos. Houve, no entanto, vários esforços no sentido de manter a Universidade funcionando. Políticos paranaenses tentaram, no Congresso Nacional, modificar a Lei; Nilo Cairo obteve licença para um recenseamento da população de Curitiba; Victor do Amaral fez ingentes contactos com o presidente do Conselho Superior de Ensino, Brasília Machado, que fora Presidente da Província do Paraná. Nada, porém, surtiu efeito positivo.

Em 1918, então, o Conselho da Universidade resolveu desmembrá-la em três Faculdades autônomas – Medicina, Direito e Engenharia – com vistas à sua equiparação. Permaneceram elas, contudo, congregadas na Federação das Faculdades Superiores do Paraná, sob direção administrativa única e ocupando em conjunto o Edifício Central, que, chamado, então, de Palácio da Luz, ostentava, em seu frontão, o nome *Universidade do Paraná*, até hoje ali gravado. E continuava-se a reconhecer Victor do Amaral, diretor da Faculdade de Medicina, como o reitor da Instituição. O desmembramento formal não implicou, portanto, no desaparecimento do espírito de Universidade.

Os anos seguintes assistiram ao esforço dos dirigentes da Instituição para garantir o não desaparecimento do ensino superior no Paraná. Obtiveram, finalmente, a equiparação das Faculdades de Direito e de Engenharia em 1920 e, dois anos depois, a da Faculdade de Medicina.

A restauração

A restauração

Isso feito, iniciou-se a luta pela restauração da Universidade, considerando que, nestas alturas, o país já dispunha de uma Universidade oficial (aquela criada com o nome de Universidade do Brasil no Rio de Janeiro em 1920) à qual poderia, então, equiparar-se a nossa.

Várias foram as iniciativas nessa direção, todas relatadas em detalhe por Ruy Wachowicz. No entanto, apenas em 1946, pelo decreto nº 9.323, de 6 de junho daquele ano, o governo federal reconhecia oficialmente a existência da Universidade do Paraná. Victor do Amaral foi

mantido no cargo de reitor para simbolizar a continuidade da mesma Universidade desde 1912.

Novamente o governo do Estado veio em auxílio da Instituição, fazendo-lhe uma doação com vistas à criação de um fundo universitário. A Prefeitura Municipal, por sua vez, doou nova área à Universidade, onde hoje está instalado o campus do Jardim das Américas.

A federalização

A federalização

Restaurada a Universidade, a próxima batalha visou sua federalização. À frente deste processo esteve o reitor Flávio Suplicy de Lacerda que, assumindo o cargo em 1949, imediatamente mobilizou as lideranças do Estado em torno desse objetivo que foi concretizado pela Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950. A Universidade do Paraná tornava-se uma instituição pública, abrindo-se para o ensino gratuito.

Houve quem considerasse que a federalização era um “péssimo negócio para os paranaenses”.⁸ Foi essa a expressão que o professor David Carneiro usou no livro em que tratou da história de nossa Universidade.

Certamente esse juízo decorria da impressão de que, assumida pelo governo federal, a nossa Universidade se desvincularia de suas raízes e da sociedade paranaense. O tempo mostrou que Carneiro estava errado. Longe de perder seus profundos vínculos com o Estado, o que, de fato, aconteceu foi a intensificação dessa histórica ligação, na medida em que foram criadas as condições para a Universidade se consolidar e se expandir. Sem o investimento público que se seguiu à federalização, não teria sido possível nem a edificação de sua atual base física, nem seu desenvolvimento acadêmico na proporção que se pôde assistir nestes últimos cinquenta anos.

Quanto à sua base física, vale registrar que na década de 1950 a Universidade remodelou e ampliou o Edifício Central (1955), construiu o conjunto da Reitoria (1956-58), o Hospital de Clínicas (1960) e o Centro Politécnico (inaugurado em 1961). Nesses dez anos que seguiram a federalização, a Universidade pôde, portanto, expandir significativamente sua base física, o que lhe permitiu também, progressivamente, a ampliação substancial de seu corpo discente e da oferta de cursos, seja de graduação, seja de pós-graduação (iniciada esta com o mestrado de Bioquímica em 1965).

Ainda na década de 1950 são dados os primeiros passos para a institucionalização defi-

22

⁸ Essa expressão é de David Carneiro, em seu livro sobre a história da Universidade. Cf. CARNEIRO, D. *Educação, universidade e história da primeira universidade do Brasil*. Curitiba: Imprensa da Universidade Federal do Paraná, 1971, p. 137.

nitiva da pesquisa. É marco desse processo a criação, em 1959, do Conselho de Pesquisa a que se agregaram Institutos de pesquisa, congregando docentes das diversas áreas básicas.

Observando retrospectivamente, parece claro que a federalização foi o mais importante vetor de expansão da nossa Universidade, desmentindo aqueles que a acompanharam com pessimismo e ceticismo. É claro que a crise do Estado, visível desde meados da década de 1970, redundou em diminuição significativa do investimento público no ensino superior, o que trouxe para todo o sistema federal de ensino superior uma lastimável situação de penúria e retração. Apesar disso, o sistema continua sendo um precioso patrimônio da sociedade brasileira e deverá conhecer melhores dias, quando o país conseguir redefinir prioridades e recuperar a capacidade de investimento público nas áreas de ensino e pesquisa, ciência e tecnologia.

Um dado que também merece registro é o envolvimento antigo da nossa Universidade com projetos de extensão. Foi com esse espírito de envolvimento com as necessidades sociais que se criou, por exemplo, a Maternidade do Paraná (hoje Maternidade Victor do Amaral), cujo principal objetivo era oferecer atendimento médico às mães oriundas da população carente. Por outro lado, em 1949, a Universidade realizou semanas universitárias em vários pontos do interior do Estado, iniciativa que evoluiu para as Universidades Volantes da década de 1960 e consolidou o compromisso da extensão que, depois, passaria formalmente a ser incluída entre as grandes tarefas das instituições universitárias brasileiras.

A reforma universitária

O Brasil iniciou a década de 1960 com a sociedade reivindicando reformas políticas, econômicas e sociais. Dentre elas, estava a idéia de uma reforma universitária. O golpe militar de 1964 frustrou todo esse processo e a reforma universitária imposta pelo novo regime atendeu fundamentalmente às diretrizes definidas no âmbito do acordo MEC-USAID, de 1966, e apenas marginalmente incorporou algumas das propostas que se discutiam no início daquela década.

O núcleo do projeto, consubstanciado na Lei nº 5.540/68, era, de fato, uma modernização tecnocrática da universidade brasileira para torná-la um espaço de formação de mão-de-obra técnica e esvaziado de todo conteúdo político.

Como se sabe também, a reforma universitária do regime militar não respeitou diferen-

ças e especificidades. Importava viabilizar um modelo único em toda parte. Desse modo, uma Universidade como a nossa, que estava para completar 60 anos, foi tratada do mesmo modo que instituições recém-fundadas, que sequer tinham dez anos de existência.

Nesse sentido, o processo foi particularmente traumático para as instituições mais antigas. No nosso caso, a situação foi ainda mais grave, porque submeteu-se a Universidade a duas reformas no espaço de três anos. Num primeiro momento (1969/70), estruturou-se um organograma com Institutos básicos e Faculdades profissionalizantes, no qual se preservavam órgãos colegiados fundamentalmente acadêmicos (ao estilo das velhas congregações das antigas Faculdades).

Mal se iniciou, porém, a implantação das alterações, houve uma espécie de intervenção branca do Ministério da Educação ao não aprovar o novo Regimento da Instituição, obrigando a Universidade a apresentar um segundo projeto de reforma (1973) que reduziu a estrutura a oito Setores e definiu uma estrutura administrativa rígida, excessivamente centralizada e de caráter fundamentalmente burocrático e não acadêmico.

A organização do ensino, por sua vez, em nome do princípio da flexibilidade curricular que, em tese, pautava o projeto de reforma, sofreu uma profunda fragmentação e, em seguida, um enrijecimento trazido pelas amarras de uma teia irracional de pré-requisitos. A divisão entre disciplinas básicas e profissionalizantes instituiu um complicado fosso acadêmico do qual até hoje não conseguimos nos livrar. Por fim, a primazia dada à estrutura departamental colocou num vácuo a estrutura gestora dos cursos que ainda hoje se ressentem de conflitos e desencontros entre Departamentos e Coordenações de Curso.

Os efeitos da reforma universitária de 1968 continuam conosco, muito embora, às vezes, tenhamos perdido a perspectiva histórica de suas causas. Até porque os debates que procuravam avaliar a política educacional do regime militar, tão freqüentes na segunda metade da década de 1980, perderam força à medida que se avançou, depois da Constituição de 1988, em direção de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O texto final desta Lei não conseguiu, porém, delinear diretrizes para dar concretude ao princípio constitucional da autonomia universitária. Entramos, assim, no século XXI sem uma perspectiva de transformação substancial da universidade brasileira que represente uma superação do modelo universitário imposto pelo regime militar.

Eventos contemporâneos

Eventos contemporâneos

Vencido o período traumático da implantação da segunda reforma universitária, a UFPR conheceu, nestas últimas décadas, um significativo processo de expansão (apesar das dificuldades financeiras que têm afetado o sistema universitário federal), em especial de seus programas de pós-graduação e de suas atividades de pesquisa, o que a mantém como a principal Universidade de referência do Estado e uma das mais importantes do país.

Nossa Universidade vivenciou também – juntamente com as demais universidades públicas – uma interessante efervescência política a partir dos últimos anos da década de 1970, quando se iniciava o desmonte do regime militar. Essa efervescência se manifestou concretamente na reativação do movimento estudantil, na organização dos docentes e, em seguida, dos servidores técnico-administrativos. Foi uma importante reação ao silenciamento e às tentativas de despolitização impostos à universidade brasileira nos dez anos anteriores.

Por outro lado, essa efervescência toda ativou, na década de 1980, um debate intenso da questão universitária e desencadeou experiências cujos resultados são ainda de difícil avaliação, porque muito recentes.

De qualquer modo, cumpre ressaltar que a eleição direta dos dirigentes e a reformulação da composição dos órgãos colegiados em todos os níveis trouxeram uma nova dinâmica à vida da Universidade em decorrência de um maior envolvimento da comunidade universitária na definição dos rumos da Instituição.

Considerações finais

Considerações finais

A criação da Universidade do Paraná, como afirmou Victor do Amaral em seu discurso à Assembléia Geral de 19 de dezembro de 1913, foi uma obra de audácia. E tinha ele razão: não era nada fácil – sem recursos financeiros mínimos, numa cidade ainda provinciana e com recursos intelectuais ainda restritos – pôr em pé uma Universidade. No entanto, os fundadores ousaram. Assim, ao completarmos 90 anos, cumpre apreciar o quanto aquele gesto ousado, fruto de um impulso utópico, significou para o desenvolvimento do Paraná. A UFPR é, sem dúvida, a maior criação da cultura paranaense.

Por outro lado, seus 90 anos constituem uma exemplar história de perseverança e resistência a indicar que o pessimismo e a desesperança não devem jamais prevalecer. Os sonhos,

as lutas e os esforços das gerações que nos precederam devem nos desafiar a continuamente reinventar, com audácia, a utopia de 1912.

Referências

CARNEIRO, D. *Educação, universidade e história da primeira universidade do Brasil*. Curitiba: Imprensa da Universidade Federal do Paraná, 1971.

UNIVERSIDADE DO PARANÁ. *Relatório geral da Universidade do Paraná apresentado à Assembleia Geral de 19 de dezembro do ano de 1913*. Curitiba: Typ. Alfredo Hoffmann, 1913.

WACHOWICZ, R. C. *Universidade do mate: história da UFPR*. Curitiba: APUFPR, 1983.

WESTPHALEN, C. M. *Universidade Federal do Paraná: 75 anos*. Curitiba: SBPH-PR, 1987.

Arquitetura da Universidade Federal do Paraná

Key Imaguire Jr.* e Cleusa de Castro**

*“...posso sonhar como no passado aprendi a andar. Mas isso de nada adianta.
Hoje sei andar; porém nunca mais poderei tornar a aprendê-lo.”
Walter Benjamin*

Introdução

Introdução

Quando, em 2013, a Universidade Federal do Paraná comemorar seu centenário, o Curso de Arquitetura e Urbanismo completará 50 anos – e, portanto, a terá acompanhado em metade de seu percurso. O presente trabalho se pretende, assim, adscrito duplamente nesse evento.

Não se tentará mais uma “História da UFPR”, já feita, e bastante competidamente, mais de uma vez. Nem mesmo a História do Curso de Arquitetura, também já encaminhada.¹⁰ Antes, o que interessa aqui é o como a Universidade entendeu que Curitiba e o Paraná estavam prontos para o ingresso da profissão de arquiteto, instituindo o Curso de Arquitetura e Urbanismo, e este vingou – como de resto tantas outras profissões ensejadas pela UFPR – e se colocou, desde o início, entre os melhores do país, mesmo entre os mais tradicionais e mais consolidados.

Também não nos comprometemos com uma “História das Edificações da UFPR” – tarefa que, conquanto necessária e academicamente atraente, se estenderia além dos nossos limites de tempo e espaço.

Escolhemos, para este ensaio, edifícios e complexos construtivos que nos pareceram emblemáticos, capazes de permitir o estudo da inserção da UFPR na modernidade construtiva brasileira, como resposta a quase um século de presença na cultura do país.

Poderíamos iniciar nosso percurso pela arquitetura colonial do Museu de Arqueologia de Paranaguá – a mais antiga das edificações do acervo da UFPR. Construído pelos jesuítas no século XVIII, seria justa a consideração pela Ordem que foi capaz de dar a partida no processo educacional desta colônia, semeando colégios pelas principais cidades brasileiras.

* Professor titular de Arquitetura Brasileira da Universidade Federal do Paraná.

** Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná.

Mas o Colégio chega tardiamente – anos setenta – à instituição que é nosso personagem central.

A circunstância de ainda existir, graças ao oportuno tombamento, a primeira sede da Universidade do Paraná, fez indispensável que se iniciasse o percurso por ela – em que pese seu estado atual não ser o ideal e não ter sido construída para a instituição.

O clássico edifício da Santos Andrade, por ser o primeiro, foi escolhido por sua presença na cidade – e mesmo símbolo dela – e por ser onde a Universidade do Paraná iniciou e viveu a maior parte de sua história.

O interessante edifício da antiga Escola Agrônômica, pelo seu caráter de arquitetura de transição – e também denso de história regional e institucional.

O Hospital de Clínicas, pelo grande esforço demandado na construção do primeiro grande complexo da instituição, e pela formulação já moderna de seu projeto.

Os Edifícios D, Pedro I e II, pelo que representam como definitiva adoção da estética do Modernismo que se impunha no país.

O Centro Politécnico, por ser outro dos complexos que por suas dimensões e modernidade marcaram a cidade com o crescente prestígio da tecnologia.

A Casa da Estudante Universitária, pelo que atesta como formulação modernista maior, apresentando uma qualidade de projeto que ainda marca a obra dentro do nosso contexto urbano atual.

E por fim as construções do campus Jardim Botânico, por serem concepções que se projetam para além da cartilha modernista tradicional – e que aqui representam a fase atual das construções nos nossos *campi* universitários.

Há outros edifícios que poderiam ter sido incluídos – mas a leitura de sua arquitetura iria pelos mesmos caminhos dos edifícios escolhidos e o trabalho se estenderia além de seus limites.

Evidentemente, não há correspondência entre a representatividade arquitetônica dos edifícios e a presença histórica dos Setores da UFPR. As circunstâncias que levam à constante mobilidade e modernização dos componentes estruturais da instituição, as políticas educacionais do Ministério de Educação e Cultura e as tendências arquitetônicas vigentes no momento de cada projeto dificilmente são unívocas. Não há como, portanto, homogeneizar o tratamento aqui dado aos edifícios. Talvez o melhor exemplo, seja o Centro de Estudos do Mar em

Pontal do Sul: cientificamente, uma referência internacional, mas ainda sem uma arquitetura à altura desse conceito.

Outro aspecto que evitamos abordar é o do urbanismo. Arquitetura e Urbanismo estão mais do que ligados – são escalas espaciais diferentes da mesma área de conhecimento, apenas. E a proposta urbanística de Curitiba está indissolivelmente articulada à conjuntura de fundação e desenvolvimento do Curso de Arquitetura e Urbanismo – mas é história, com dimensão e características a serem consideradas em si mesmas, à parte do processo que aqui nos ocupa.

Como não poderia deixar de ser, nem sempre há concordância entre as fontes, e optamos pelas que nos pareceram mais precisas.

Finalmente, não pretendemos que saia reforçada deste trabalho a idéia de “estilo” – idéia controversa e de restrita validade – mas, inversamente, queremos trabalhar com ela em sua dimensão instrumental. Quando nos referimos ao Modernismo como estilo, estamos nos reportando a uma postura pré-definida diante do projeto, estabelecida desde sua fase de afirmação. Para o Eclétismo, seria necessário construir um conceito muito mais complexo.

Universidade do Paraná, ano um: a erva-mate, o sobrado e a universidade

Mais do que representativa, é certamente emblemática a circunstância de a primeira sede da Universidade do Paraná ter sido instalada na antiga residência de um dos grandes ervateiros paranaenses, Manuel Miró. Tendo construído, na última década do século XIX, um palacete poucas quadras adiante – na esquina com a rua Visconde de Taunay – alugou a residência anterior, em 1912, para a instalação provisória da Universidade. Não consta que ocupação terá tido nessa década que vai da saída da família Miró às gestões do dr. Victor do Amaral – mas é evidente que suas dimensões foram consideradas apenas suficientes.

À época, a florescente economia madeireira se vinha somar à ainda importante exportação de erva-mate – e o mais novo Estado do País procurava abrir caminhos de afirmação, postado entre duas fortes culturas, a gaúcha e a paulista.⁴²

A idéia de Universidade, em Curitiba, sempre esteve ligada à de um edifício para ela construído e que a comportasse. Já em 1892, ao conceder autorização “ao cidadão José Fran-

cisco da Rocha Pombo (...) para o estabelecimento de uma universidade na Capital do Estado e conforme as plantas que forem aprovadas pelo governo” o Estado previa, no corpo da mesma lei, conceder “área de domínio particular que seja necessária para construção do edifício e suas dependências”.

Ainda em fins do século XIX – 1890 –, Antônio Mariano de Lima propunha uma Escola de Artes Industriais, na qual estavam previstas “aulas de architectura”, em prédio que, mesmo dentro do vocabulário eclético, em muito se diferenciava do posteriormente construído pela Universidade do Paraná.⁶

O local escolhido para a instalação preliminar é de prestígio – os ervateiros agruparam-se no Alto da Glória e no Batel, bairros aos quais transmitiram sua aura de riqueza e prosperidade. Entre o centro da cidade e o Batel, à Rua Comendador Araújo, ficavam o velho sobrado e o novo palacete de Manuel Miró.

Houve certamente uma tratativa prévia porque, dois dias após o estabelecimento da Universidade, foi acertado o aluguel – e o primeiro ano letivo, 1913, já contou com 97 alunos matriculados dispendo de salas de aula, laboratórios, gabinetes, biblioteca e espaços administrativos. Os cursos iniciais foram Ciências Jurídicas e Sociais, Engenharia, Odontologia, Farmácia e Comércio.³

Todos os espaços do sobrado foram ocupados, após pintura e reparos. Os fundadores certamente jamais consideraram a possibilidade de que a instalação fosse definitiva – tanto que, no mesmo ano, já se iniciavam as obras do edifício à Praça Santos Andrade.

Por serem inadequadas essas instalações originais, ou por ansiedade em relação às novas, ocorre o episódio várias vezes referido: os estudantes fazem a mudança do equipamento didático do sobrado para o edifício da Santos Andrade. Terá sido mais importante a manifestação em si – afirmação de um espírito estudantil novo para a cidade – que a mudança, visto que, não estando ainda em condições de uso o prédio novo, a direção da Universidade contratou carroceiros para levar o equipamento de volta.²³

Efetivada a mudança, portanto, em 1914, o antigo sobrado passou a abrigar a Maternidade do Paraná, que nele permanece até 1930. Posteriormente abrigou também o Instituto da Criança e, a partir do início dos anos 40, lojas no térreo e pensão no sobrado.²³

Tombado como Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Paraná em 1975, em

1986 o prof. Ildelfonso Puppi assinala estar o imóvel “abandonado e em estado de decrepitude”. Logo a seguir, é adquirido para instalação de centro comercial.³²

Consideramos emblemática a instalação preliminar da Universidade no sobrado de Manuel Miró porque veremos a instituição abrigar-se em construções que percorrem todas as fases da arquitetura brasileira que vingaram em Curitiba.

As casas de moradia urbana, desenvolvidas a partir de características sul-portuguesas, definiram modelos seguidos ao longo dos três séculos de história colonial, avançando ainda por todo o século XIX – muito embora nesse extenso percurso recebendo modificações decorrentes de alterações na sociabilidade, da tecnologia construtiva, da legislação e outras.

Os remanescentes ditos coloniais em Curitiba pertencem todos a essa tradição construtiva: a Casa Romário Martins, a Igreja da Ordem e a restante configuração de ruas e logradouros no distrito histórico da cidade.

Essa permanência foi assegurada pela resposta exata do modelo arquitetônico à sociabilidade dos moradores. Famílias com um ritmo de vida que hoje parece lento, monótono e elementar, num cotidiano todo portas adentro – vida legível nas elevações de poucas e pequenas aberturas, sem qualquer pretensão plástica ou elementos ornamentais. Confirmam essa vida as características dos lotes: sempre estreitos – pouca presença para a rua – e profundos, muita vida interna. A precariedade das técnicas construtivas torna desejável um estabilizador ombreamento das laterais da casa com suas vizinhas, e não há portanto vãos para essas laterais e as águas de cobertura são despejadas para a rua e os fundos do terreno.

Observando o sobrado de Manuel Miró na clássica fotografia – da fase Maternidade do Paraná, com três figuras femininas no balcão – essas características estarão, em sua maioria, presentes.

A elevação principal fica sobre o alinhamento e as paredes laterais têm janelas, que no entanto podem ter sido abertas em alguma adaptação – somente uma cuidadosa prospecção poderia esclarecer. Os vãos pequenos, as águas de cobertura despejadas para a rua e os fundos do terreno. O balcão, que foi indispensável à sociabilidade – vitrina onde os ricos se mostravam e eram vistos – e uma ausência de elementos ornamentais. Toda a sobriedade da construção, enfim, atesta a remota origem colonial de sua concepção. Não por acaso, a residência palaciana para a qual se mudou o ervateiro era abundante e requintadamente decorada.

No que esta construção difere das tradições coloniais é precisamente o sobrado: como regra, estes foram feitos nos terrenos mais caros e prestigiosos, ou seja, esquinas de ruas centrais e praças das Matrizes. No entanto, o sobrado tem uma empostação de sobriedade senhorial que a atual adaptação não soube resgatar.

Portanto, a edificação que inicialmente abrigou a primeira Universidade brasileira aprofunda suas raízes na cultura e na economia regionais: as características arquitetônicas da habitação luso-brasileira assimiladas por um dos barões da erva-mate.

Muito embora esses remanescentes tenham sido comuns nas cidades brasileiras no início do século, é evidente que não só a precaridade das instalações como a necessidade de uma modernidade ostensiva impulsionaram os fundadores ao imediato empreendimento de uma sede definitiva.



O sobrado do ervateiro Manoel Miró, à Rua Comendador Araújo, 42, quando ocupado pela "Maternidade do Paraná", após 1914
Fonte: Álbum "Universidade do Paraná"



Reconstituição em maquete do sobrado Miró. Feita em 1987 pelos estudantes de Arquitetura Luciana Lobo, Marcelo Bastos e Suely Fischer.
Fonte: Acervo da disciplina Arquitetura Brasileira da UFPR.



Sobrado Miró, em março de 1985.
Fonte: Prefeitura da Cidade Universitária
da UFPR.



Os tempos de construção: o eclético “Palácio da Luz”

Num certo sentido, pode-se afirmar que o edifício da Santos Andrade supre a ausência de uma grande construção eclética, ícone principal do *status* cultural das maiores capitais brasileiras. Como regra, as cidades que na segunda metade do século XIX apresentavam expressivo contingente populacional construíram grandes teatros – dos quais o mais conhecido é o de Manaus. Mas esses grandes teatros estão presentes também em Fortaleza, Belém, Recife, São Luís – além dos previsíveis nas cidades do eixo econômico do país, Rio de Janeiro e São Paulo.

E é certo que os fundadores da Universidade do Paraná sonharam o edifício junto com a instituição visto que, já no primeiro ano letivo, deram-se as providências para sua construção. E que o empreendimento era grandioso e assustador, revela-nos o episódio da assinatura do contrato com o construtor, contado por De Plácido e Silva (42):

Sentando-se à mesa do escritório, e apossando-se das cópias para assiná-las, o dr. Vitor, temeroso do ato que ia praticar, disse para o dr. Nilo:

– Mas, “seu” Nilo, como é que havemos de assinar este contrato e pagar duzentos e cinquenta contos ao Bergonse, quando não temos nem um xis em caixa?

– Que importa, Vitor? ... Assina.

– Mas, olha...

– Assina, Vitor! Que importa que não tenhamos um vintém? O Bergonse constrói. Põe tijolo em cima de tijolo... Depois do tijolo estar na parede, quero ver como o Bergonse o vai tirar de lá... E a Universidade ficará de pé...

Não faltam ao episódio cores fortes de brasilidade.

O terreno inicialmente escolhido ficava à esquina das ruas Carlos de Carvalho e Visconde de Nacar – próximo portanto do antigo sobrado da Comendador Araújo, pouco mais de cem metros de distância.

Contratada a construção, ocorre a doação, por parte da Prefeitura Municipal, do terreno muito mais favorável localizado à Praça Santos Andrade. E é aí que Bortolo Bergonse e Carlos Dietz executam o projeto de Baeta de Faria. O construtor foi eficiente, visto que, já no primeiro semestre de 1914, segundo ano letivo da Universidade portanto, as novas instalações já puderam ser ocupadas pelos cursos de Farmácia, Engenharia e Medicina.

Não faltou, evidentemente, quem criticasse o fato de o prédio voltar-se para a praça e

nao para a Rua XV de Novembro, artéria principal da cidade. Teria sido uma falta total de sensibilidade espacial, mesmo à época. O edifício era forte referencial da cidade:

Quando se vem pela ferrovia, depois de transpor-se graciosas colinas que circundam a cidade, vencida a curva do Cajuru, vê-se uma parte de Curitiba, dominada pelo Palácio da Universidade. A ponte preta da Rua João Negrão. A gare da estrada de ferro. Chega-se. Movimento intenso da Estação. Povo. Empregados anunciando hotéis. Carregadores, jornalistas, chauffeurs. Há bondes, omnibus, automóveis... Abre-se, à nossa vista, a sala de visitas da Capital. Rua Barão do Rio Branco. Larga, imensa, movimentada. Profusão de luz. Postes artísticos. Calçadas com desenhos indígenas (sic). Asfalto. Ao lado, a Praça Euphrasio Correia. Lindos jardins. Pequenos bosques, cheios de sombra amável e convidativa. O talento de Zaco Paraná se ostentando no "Semeador", um dos mais belos monumentos da *urbs*. O mais importante edifício da Assembléia Legislativa. O Palácio Rio Branco, onde tem sede o governo estadual. Como arremate, no fim da rua, o cruzamento da 15 de novembro – a jóia de Curitiba – e, mais adiante, a Praça Generoso Marques, com o magnífico prédio da Prefeitura.³⁶

Embora essa etapa tenha constado apenas do bloco central, a receptividade do ensino universitário pela sociedade local não dá margem a dúvidas. Curitiba passa a polarizar uma vasta região, que se estende para fora das fronteiras do Estado inclusive. Ao visitá-lo em 1916, o historiador Romário Martins, num arroubo iluminista, chama-o de "Palácio da Luz" – e, no entanto, na mesma ocasião já se constata sua insuficiência.⁴²

O edifício resultante é típico das grandes construções do Ecletismo brasileiro. Predominam os elementos neoclássicos, presença recorrente nos grandes teatros mencionados. A cúpula, mais que reforçar a simetria, verticaliza a composição da vista a partir da Praça Santos Andrade. As sucessivas transformações, minuciosamente estudadas por Antonio Gonçalves Junior¹⁸ buscaram a horizontalidade do conjunto.

Na primeira grande ampliação, o volume que faz frente para a rua XV de Novembro, abrigou-se a Faculdade de Engenharia. A *Revista Técnica* do Diretório Acadêmico de Engenharia do Paraná, em sua edição referente a maio/junho de 1947, noticia o estado da obra. O projeto é atribuído ao professor da "cadeira" de Arquitetura Raphael Klier de Assumpção, e várias fotografias mostram aspectos técnicos da obra em andamento. Este bloco do edifício, mesmo justaposto ao anterior, é concebido para funcionamento autônomo e causava preocupação por quebrar a simetria da vista da Praça Santos Andrade: "Todavia, futuramente, a Faculdade de Medicina poderá fechar toda a testada da Praça Santos

Andrade, tornando daí o conjunto novamente simétrico”.

Em relatório de 1954, o engenheiro Nivaldo Maranhão Faria diz ter sido “atribuído a uma comissão de professores da Escola de Engenharia o encargo de projetar as novas alas do edifício principal da Universidade – o primitivo prédio ampliado de outras vezes paulatinamente – à Praça Santos Andrade”.¹⁴

O projeto dessas alas implicava, também, em imperativo de ordem arquitetônica, uma vez que a ampliação da ala esquerda concretizada anteriormente, pela Escola de Engenharia, no regime de instituto particular, requeria a complementação do lado oposto, de modo a ser obtida a simetria de conjunto do edifício, em estilo austero e de linhas clássicas.

É nessa fase de obras que o edifício adquire sua configuração atual – e a preocupação neoclássica fica bem evidenciada pouco adiante no mesmo relatório:

Com a eliminação da cúpula, foi adotado um pórtico central de proporções majestosas, com escadarias de acesso, guardando o necessário equilíbrio com os pórticos laterais apoiados no embasamento.

O projeto adotado resolveu tanto quanto possível a consecução de um estilo enquadrado no padrão clássico, que oferecesse a continuidade das características arquitetônicas anteriormente existentes.¹⁴

Preocupação purista, formal e estilística que, no entanto, tem sua razão de ser. O período eclético brasileiro é aberto pelo neoclassicismo da Missão Francesa de 1816 – e seus componentes formais dominam o século XIX. A incidência de outras propostas plásticas, sobrepostas à nova leitura do classicismo, resulta no Ecletismo, momento de sincretismo estilístico. Tentar voltar ao neoclássico é uma atitude recessiva em relação à sucessão das tendências – mas é modernista em sua essência, visto como faz parte do ideário modernista a rejeição do Ecletismo.⁴

É evidente que esta reforma do prédio não visou apenas aos seus aspectos estilísticos. Havia a preocupação – justificada plenamente pelos incêndios que mais tarde ocorreram – com a falta de manutenção, que incidia diretamente sobre o uso.

Estamos sendo levados à sua quase total reconstrução, pois as instalações, armaduras, paredes e serviços ofereciam perigo iminente e assustador. Escorria água de chuva por dentro e por fora das paredes, molhando fios elétricos que, molhados, se intrometiam pelos tetos e assoalhos de madeira podre. Não havia água nem para lavar as mãos nos laboratórios de Anatomia. Vivia-se, e com brilho, por um milagre de dedicação.¹⁶

Não se pode perder de vista que o ano anterior ao aludido relatório corresponde ao Centenário da Emancipação Política do Paraná – estando já bem adiantadas e inauguradas as obras, todas de concepção modernista, do Centro Cívico estadual. Há já bastante Modernismo construído em Curitiba e Londrina – e o racionalismo modernista anatemizava a fase anterior, como no manifesto de Gregori Warchavchik em 1925: “Abaixo as decorações absurdas e viva a construção lógica, eis a divisa que deve ser adotada pelo arquiteto moderno”.

E, no entanto, apesar dessa afirmação, a paisagem continuava marcadamente eclética, como se percebe nas fotografias de época. A opção da Universidade foi a de conviver com esse panorama em seu prédio central – e embarcar na opção modernista nos contemporâneos empreendimentos do Hospital de Clínicas e edifícios D. Pedro I e II.

Foi uma atitude compatível com o panorama brasileiro, em que o Modernismo só passa a ser inquestionável após o início das obras de Brasília, em 1957.

O ímpeto dos modernistas, e seu desprezo pelo Eclétismo que os antecede, leva à perda de paisagens interessantes para a compreensão do período. Somente em 1975, o Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba propõe a manutenção de uma paisagem composta em área antiga da cidade.

E a partir dos anos 80, começa o debate sobre a pós-modernidade arquitetônica – debate tardio, no Brasil, exatamente devido à afirmação excepcional de duas décadas de Modernismo reconhecido mundialmente.

A compreensão da complexidade do edifício só é possível com o entendimento das questões que acompanharam os primeiros decênios de vida da Universidade do Paraná.

A obstrutiva Lei Maximiliano impedia o reconhecimento da Universidade do Paraná por parte do governo federal – sob pretexto de não haver no país uma universidade à qual pudesse ser equiparada. E também estabelecia que, para sediar uma universidade, uma cidade deveria ter pelo menos cem mil habitantes – e a Curitiba de então, aproximadamente, teria duas terças partes desse contingente.

Não cabe aqui a discussão dos disparates legislativos do país, mas, para que as Escolas pudessem ser reconhecidas e emitir diplomas, foram instituídas em detrimento da idéia maior de Universidade. Criaram-se as Escolas de Engenharia, Medicina e Direito, cada qual com seu patrimônio – vale dizer, o terreno foi fatiado e construído por essas unidades, separada-

mente. Felizmente houve o bom senso de que os edifícios se configurassem num conjunto, podendo ser entendidos como uma única instituição, atestando que a restauração era um ideal sempre presente. Quando esta ocorre, em 1946, espaço e instituição estavam preparadas até mesmo para acolher outras Escolas e Faculdades surgidas no período.⁴⁵

O curso de Direito estava entre os primeiros instituídos pela Universidade do Paraná – e permanece no edifício até hoje. O curso, equiparado pelo Conselho Superior de Ensino em 1920, e não exigindo a parafernália técnica dos cursos irmãos de Engenharia e Medicina, pôde se manter no local enquanto os outros foram sendo transferidos para *campi* mais espaçosos e equipados. No entanto, o edifício está desfuncionalizado pelo que originalmente foi seu privilégio maior: a centralidade. Todas as reformulações urbanísticas pelas quais passou a cidade, supervalorizando as questões do trânsito, do automóvel e do transporte de massas, não são solucionáveis.

Outras razões pelas quais o edifício central afasta-se de sua função original são a complexidade crescente da estrutura universitária e o próprio conhecimento acumulado nesses 90 anos de vida, tornando necessário um centro difusor de cultura além dos cursos de graduação e pós-graduação.

A tendência, portanto, é no sentido de um uso de natureza diferenciada, oferecendo à cidade os serviços de museus, biblioteca, livreria e outros.⁴⁶



Vista de Curitiba com o prédio da Universidade em construção. Data provável, 1914.
Fonte: UFPR 50 anos.



O edifício já com seus primeiros acréscimos laterais.
Fonte: Arquivo dna. Flora.



Detalhe do edifício.



Capa da *Revista Técnica* do DAEP, em 1943.

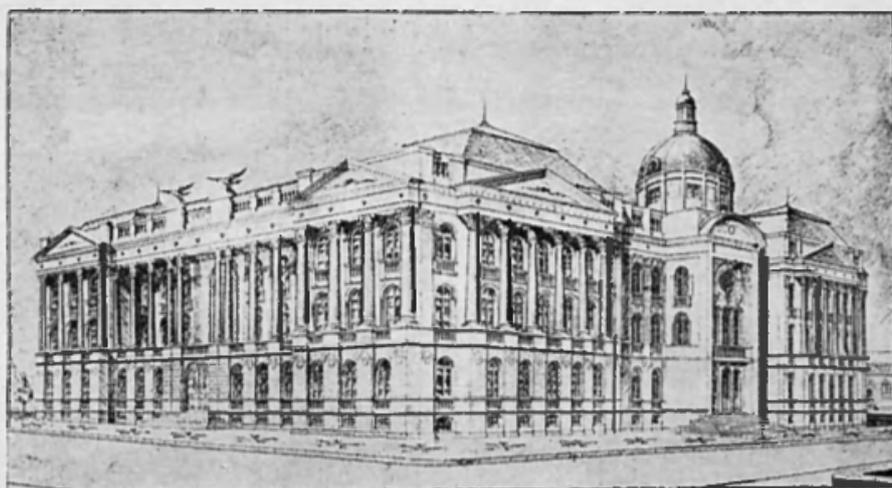


Aspecto, em 1943.
Fonte: *Revista Técnica* do DAEP.



Construção da ala da Escola de Engenharia.
Fonte: *Revista Técnica* do DAEP, 1947.

Universidade do Paraná
Nova ala da Faculdade de Engenharia



Projeto da ala referente à Escola de Engenharia.
Fonte: *Revista Técnica* do DAEP, 1947.



Ala da Escola de Engenharia,
com elevação para a
Rua XV de Novembro.

O edifício visto da Praça Santos Andrade, já acrescido da ala da Escola de Medicina.
Data provável: antes de 1945. Fonte: Acervo pessoal profa. Marcia Kersten.





Ala da Faculdade de Medicina, com sua elevação para a Rua Alfredo Bufren. Data provável: antes de 1946. Fonte: Arquivo dna. Flora.



Projeto da reforma do início dos anos 50. Elevação para a Praça Santos Andrade. Fonte: Arquivo dna. Flora.



Vista noturna do prédio. Fonte: *Anuário da UFPR* para 1956.

Agronomia, Agronômicas, Agrárias: o edifício Carlos Cavalcanti

O edifício da antiga Escola Agronômica – atual Setor de Ciências Agrárias – representa uma arquitetura de transição.

A bem da verdade, o risco de discorrer sobre construções priorizando sua concepção formal é cair sempre no reducionismo dos “estilos”.

Se tentássemos classificar academicamente o edifício Carlos Cavalcanti, certamente o incluiríamos em *art-déco* – tanto por ser imanentemente modernista como por não se acomodar a outros rótulos.

Essa tendência arquitetônica tem seu momento principal entre as duas Grandes Guerras e consiste num limiar modernista. Curitiba tem ainda ótimos exemplares dessa concepção. São edifícios educacionais, como o Colégio Estadual do Paraná e o antigo Liceu de Artes e Ofícios, depois o CEFET, além de edifícios residenciais, comerciais e públicos, como o Correio Velho. Corresponde, portanto, a um período de intensa construção na cidade – em que pesem algumas crises, a produção cafeeira sustenta a economia do Estado.

Nascido de uma exposição na Paris de 1925 – e portanto num clima de efervescência cultural internacional – o *art-déco* ainda revela suas origens no movimento anterior, o *art-nouveau*, mas como estética já se projeta fortemente em direção ao Modernismo. “Le Pavillon de l’Esprit Nouveau”, de Le Corbusier, já é plenamente modernista – e tenhamos em vista que foi esse arquiteto um dos mais importantes agenciadores do Modernismo brasileiro.

Mas dificilmente poderemos associar as construções desse momento, em Curitiba, aos *gay twenties*. As composições volumétricas constam de sólidos elementares, que o Modernismo levará às últimas conseqüências. Na ornamentação, há somente a repetição de alguns elementos geométricos – no conceito original, deveriam evocar movimento e velocidade, mas fazem pensar apenas em deslocamento –, o tratamento das áreas envidraçadas, as marquises que as seccionam e pouca coisa mais: materiais industrializados, por exemplo. Nesse “pouco mais”, está o pó-de-pedra, revestimento muito comum no período e que dá às construções um aspecto escuro, sombrio mesmo, razão provável da pouca fortuna crítica dessa fase. Seguimos portanto a tendência internacional com timidez e sem muita convicção.¹³

O Curso de Agronomia surge em nossa Universidade em 1915 – estando portanto entre

os mais antigos da instituição. Sua história está “mais ligada a pessoas que a edifícios”, nas palavras de seu historiador, prof. Luis Doni Filho.¹²

Instalado inicialmente no prédio do antigo Ginásio Paranaense, em 1927 é transferido para o prédio da Praça Santos Andrade, onde encontrou condições ideais de funcionamento e crescimento.

Em 1940, é instalado no edifício Carlos Cavalcanti, construído cinco anos antes no programa de “Escolas para Trabalhadores Rurais” do Interventor Manoel Ribas. As idéias dessa autoridade sobre agricultura não comportavam ensino de nível superior, e a instalação da Escola Agrônômica só ocorre após uma luta que se estende por grande parte de seu governo, à qual não falta mesmo a pressão da opinião pública.

No exuberante documento que é seu relatório do período 1932/1939, o interventor inclui numerosas fotografias das construções que empreendeu – entre elas, o edifício Carlos Cavalcanti. Ressalvadas algumas obras ainda apresentando decoração eclética, a quase totalidade revela-se de concepção *art-déco*. E as demais são construções simplistas, sem referência ao momento arquitetônico.

Trata-se portanto de uma “opção estilística” do poder público – e veremos adiante como a escolha de arquitetos modernistas para o Centro Cívico estadual faz parte do processo de afirmação da modernidade artística regional. Assim como, no final da década de 50, a escolha de modernistas para desenhar Brasília produz uma afirmação muito sólida do Modernismo brasileiro.



Edifício Carlos Cavalcanti quando, “Escola Superior de Agricultura”.
Fonte: Biblioteca Central da UFPR.



Campus das Ciências Agrárias, década de 90.
Fonte: Acervo do prof. Vismar da Costa Lima Neto.



**O Hospital de Clínicas,
uma obra dos tempos do Centenário**

Durante o ano de 1953, entre as comemorações do Centenário da Emancipação Política do Paraná, o Hospital de Clínicas ostentou, sobre sua laje de cobertura, um luminoso em *néon*: “Cem anos”. Sua posição privilegiada, no Alto da Glória, dava-lhe ampla visibilidade a partir do centro da cidade; essa região era, excluído o Centro Cívico, um dos maiores canteiros de obra já vistos em Curitiba.

Segundo matéria da *Revista Técnica* do Diretório Acadêmico de Engenharia do Paraná, o projeto foi desenvolvido ao longo de dez anos, sendo seu principal responsável o dr. Odair Pacheco Pedroso. Não há referência a arquiteto, nem mesmo nas pranchas de projeto, sendo viável supor que a empresa construtora – a Companhia Sul Brasileira de Engenharia e Empreendimentos, CESBE – o tenha elaborado em sua divisão de projetos. O minucioso relatório do engenheiro encarregado das obras universitárias igualmente não assinala autoria de projeto, reforçando essa hipótese.¹⁴

Essa longa gestação, com sucessivas adaptações “à natural evolução da ciência médica”, é perceptível nas perspectivas desenhadas do conjunto, nas obras e no resultado final. O bloco principal, em sua composição volumétrica, corresponde, com o compreensível distanciamento, ao *art-déco* pré-modernista, encontrável nos grandes edifícios residenciais dos anos 40 e 50. O bloco da Maternidade tem cobertura em “asa de borboleta”, remetendo a obras contemporâneas como o Terminal Guadalupe (Rodoviária Velha).

Nos demais blocos, apresenta-se ora identidade de tratamento, ora diversidade – numa vista de conjunto, falta-lhe unidade, dando a sensação de que cada bloco foi concebido e executado numa época diferente. O Ambulatório e demais construções que ligam os edifícios maiores aparentam ser mais modernos que os demais – o que na verdade, não acontece. Houve descompasso, isso sim, entre as muitas e sucessivas adaptações e a construção.

É o primeiro conjunto edificado pela Universidade a depender conceitualmente do concreto. Embora esse material tenha participado, em escalas diferentes de importância, nos edifícios da Agronomia e da Praça Santos Andrade, principalmente nas últimas alas construídas neste, é no HC que sua presença se faz imprescindível.

Observemos que os *campi* da Universidade sempre estiveram localizados em áreas, mais

que centrais, nobres. O prédio principal do HC, com seus quinze pavimentos, faz sombra à burguesia ervateira das imediações. Então, a verticalização ensejada pelo concreto, mais do que aceno de modernidade, é necessidade conceitual.

No *Relatório de 1954*, antes mencionado, o engenheiro Nivaldo Maranhão Faria dá um balanço dos três grandes grupos de obras daquele ano:¹⁴

1 – Complementação e reforma do edifício central	Cr\$ 9.651.169,00
2 – Hospital de Clínicas	Cr\$ 6.178.743,00
3 – Edifícios D. Pedro I e II	Cr\$ 14.335.779,00

Aparentemente, o HC foi o menor dos investimentos nesse ano – mas sua construção, iniciada em 1949 tinha já, à época do relatório, o edifício maior “em conclusão”, empreendimento inicialmente feito pelo Governo Estadual. Fica por explicar por que obra de tal dimensão – compatível com o Centro Cívico, a Biblioteca Pública do Paraná e a Exposição Internacional do Café – não constou dos planos da CEOC, Comissão de Obras do Centenário.

Este sumário orçamentário deve ainda ser encarado com cautela, visto tratar-se de gastos parciais e em complexos construtivos em fases diferentes de elaboração. O investimento torna-se possível graças à recente federalização da Universidade e configura uma atitude de ampla visão da instituição. Se, de um lado, investe substancialmente para manter operacional o edifício já tradicional como cartão postal da cidade, do outro, dá continuidade à obra encetada anteriormente em convênio com o Estado, o HC, e inicia a construção do primeiro complexo modernista, dos edifícios D. Pedro I e II.

A *Revista Técnica* do DAEP, após a descrição dos aspectos técnicos da construção, diz que “representa uma obra de engenharia das mais completas, aliás a segunda no gênero em todo o Brasil”. No mesmo artigo, fora assinalada a semelhança com o HC de São Paulo, e “se bem que em menor escala, está isento dos erros constatados nesse famoso nosocômio, no decorrer dos anos de funcionamento.”

O Hospital de Clínicas, como temos visto, enquadra-se no espírito ufanista das comemorações do Centenário de Emancipação Política do Paraná, em nível estadual. Em nível nacional, no progressismo que terá seu apogeu no final da década.

A complexidade das funções do Hospital de Clínicas desde cedo deu origem a extensões. O próprio hospital receberá, em 1968, o acréscimo de um bloco na parte de trás, destinado a salas de aula, biblioteca e espaços administrativos dos cursos de Medicina, Enfermagem e Nutrição. O projeto é do arquiteto José Genuíno de Oliveira, a partir do Escritório Técnico da Prefeitura da UFPR.

A primeira certamente foi a Maternidade do Paraná. Instalada no sobrado do ervateiro Miró tão logo a Universidade foi mudada para a praça Santos Andrade, rapidamente passou a exigir mais espaços. Embora em 1920 já existisse o projeto, só em 1925 é iniciada a campanha pela construção, que motivou a doação do terreno à avenida Iguaçu por dna. Adalgisa Bittencourt. Em 1933, ainda em construção, é renomeada “Maternidade Vitor do Amaral”. É repetidas vezes ampliada e, em 1969, alocada em bloco específico do Hospital de Clínicas. O edifício é então alugado à Fundação Hospitalar do Paraná. A seguir entra numa fase de litígios, na qual se envolvem várias instituições e que se prolonga por décadas.

Outra dessas extensões do Hospital de Clínicas é a Policlínica Garcez do Nascimento. Embora alguma documentação indique data posterior, há referências de que sua construção ocorreu simultaneamente ao Hospital de Clínicas, o que é atestado pela Arquitetura do projeto. Também não foi possível elucidar a questão da doação do prédio, mas sabe-se que efetivamente funcionou nele, durante um período, o Centro de Estudos Leprológicos Souza Araújo. O principal ocupante foi sempre o Diretório Acadêmico Nilo Cairo. DANC, que nele instalou sua sede, biblioteca salas de recreação e outros espaços.

A mais recente das extensões do Hospital de Clínicas é o Núcleo Profilático Pereira Filho. Recentemente, foi transformado em Núcleo da Visão, após um período de abandono, devido ao desuso da prática da abreugrafia que era sua função. Para a época – início da década de sessenta – o edifício foi de um modernismo muito marcante, num contexto – o bairro do Batel – de *villas* e palacetes burgueses, extensão da área em que fica o sobrado Miró.

Quanto à aludida federalização, em fins de 1949 iniciam-se as gestões que se efetivam um ano depois. O processo, conquanto relativamente rápido, exigiu empenho e habilidade diplomática dos vários setores da administração estadual e da própria Universidade do Paraná.⁴⁴



Perspectivas do conjunto do Hospital de Clínicas.
Provavelmente da fase de projeto, proximidades de 1950
Fonte: Arquivo dna. Flora.

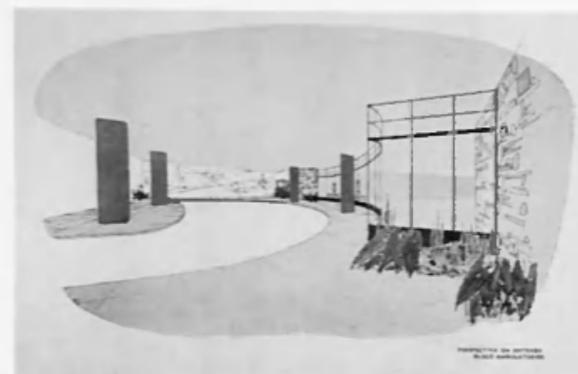




Perspectivas do bloco principal do Hospital de Clínicas. Provavelmente da fase de projeto.
 Fonte: Arquivo dna. Flora.



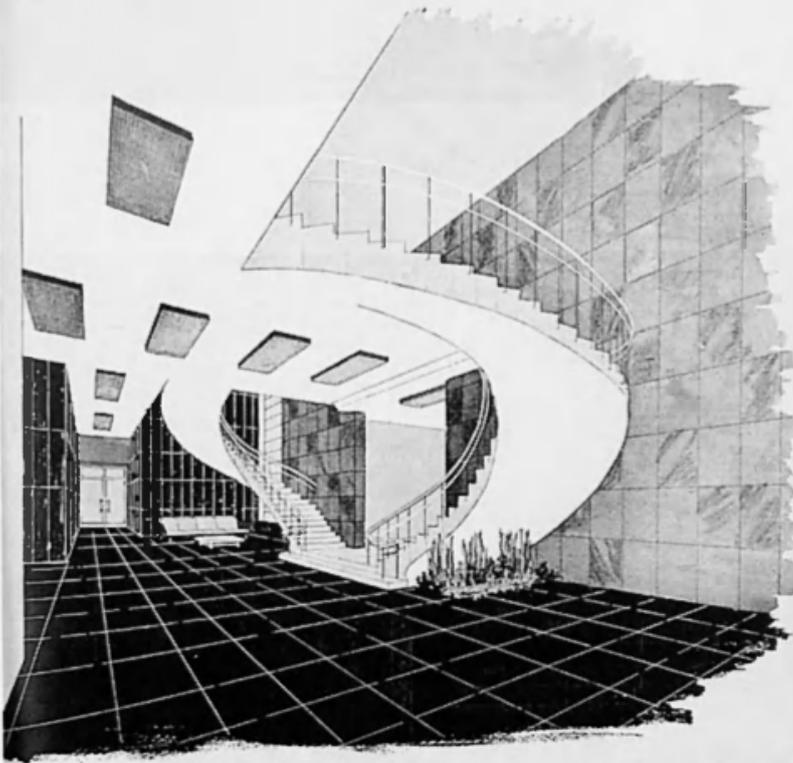
O Hospital de Clínicas na capa da *Revista Técnica* em 1949.



Perspectivas internas do Hospital de Clínicas.
 Fonte: *Revista Técnica*.

O que é o Hospital das Clínicas

Por gentileza da "CESBE" — CIA. SUL BRASILEIRA DE ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS, firma que projetou e construiu o HOSPITAL DE CLÍNICAS da Universidade do Paraná, fornecemos aos nossos leitores uma descrição rápida dessa importante obra de engenharia paranaense.



PERSPECTIVA DO HALL DE ENTRADA
BLOCO CENTRAL



Bloco principal do Hospital de Clínicas em construção.
Data: provavelmente 1952. Fonte: Arquivo dna Flora.





O Hospital de Clínicas em 1962
Fonte: Publicação *UFPR 50 anos*.



Bloco didático do Setor de Ciências da Saúde. quando concluído.



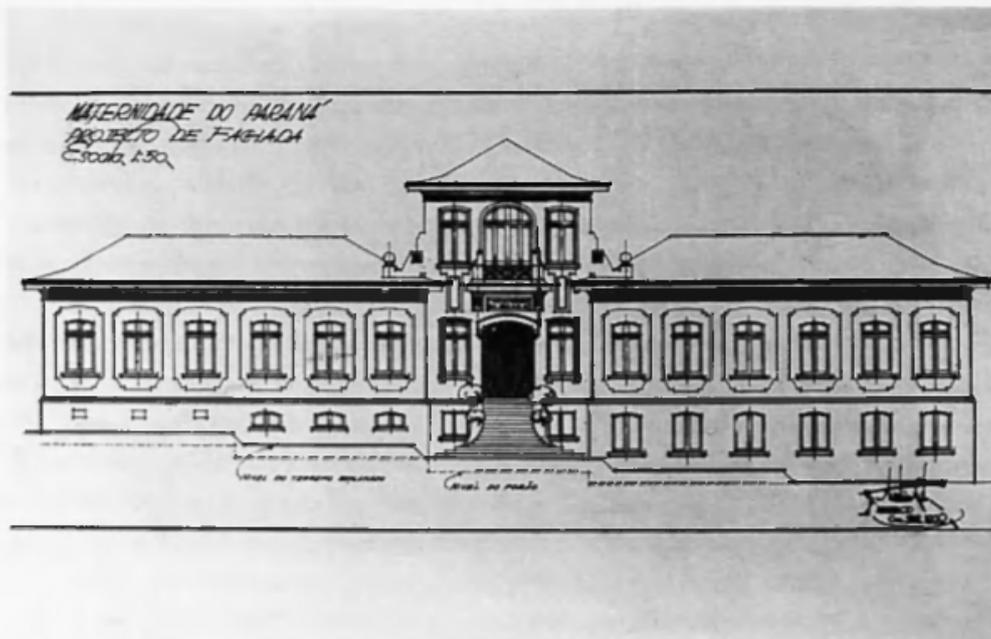
O conjunto do Hospital de Clínicas e sua inserção na cidade.



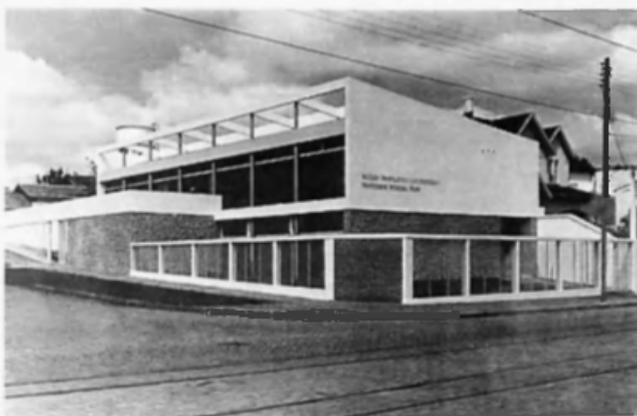
Policlínica Garcez do Nascimento em obras.
Provavelmente na mesma época da construção
do Hospital de Clínicas.



Policlínica Garcez do Nascimento recém-concluída.



Projeto de 1920 para a Maternidade do Paraná, depois Vitor do Amaral.



Núcleo Profilático Prof. Pereira Filho
Sem referências da data.

Edifícios D. Pedro I e II: a Universidade acata o Modernismo

Apenas adquirido o terreno à Rua XV de Novembro, no qual se assinala a “situação excelente dada a proximidade (3 quadras) do edifício principal da Universidade”, foi escolhido um entre os dois projetos apresentados por seus autores à Comissão de Professores encarregada.

Logo a seguir, em fevereiro de 1953 é assinado contrato com o autor do projeto escolhido – David Xavier Azambuja. Infelizmente, não conhecemos o projeto preterido, mas a opção feita é por uma arquitetura de vocabulário e estética modernistas.¹⁴

A carreira de Azambuja é característica de sua época: nascido em Curitiba em 1910, forma-se arquiteto pela Escola Nacional de Belas Artes, em 1931. Seu último ano de estudante, portanto, corresponde à primeira – e frustrada – tentativa de conduzir essa escola por uma trilha modernista. A tentativa de Lucio Costa, conquanto lúcida, esbarra na reação de catedráticos partidários do Neocolonial – um dos últimos suspiros do agonizante Ecletismo. Pensaram esses professores ter afastado o espectro da modernização, mas esta era inevitável – e ao final dos anos 40, Azambuja, professor de Composição Decorativa, adotava o pensamento modernista aparentemente sem oposição.

Terá sido a razão que levou o governador Bento Munhoz da Rocha Neto a convidá-lo para a equipe que iria elaborar o projeto do Centro Cívico Estadual – além da evidência de ser um paranaense com intenções de voltar e estabelecer escritório na cidade.¹⁵

A carreira de Azambuja, portanto, é sintomática de uma situação que, detectada anos mais tarde pela direção da Escola de Engenharia, levará à criação do Curso de Arquitetura e Urbanismo. Ele é o estudante com vocação para o projeto que, não encontrando curso correspondente na cidade, irá procurá-lo em outro Estado. Haverá outros profissionais no mesmo percurso que, ao retornarem, irão ajudar a compor o corpo docente inicial do CAU.

A comparação entre o projeto feito por Azambuja para a Universidade e o recém-concluído edifício do Ministério de Educação e Saúde, elaborado por Le Corbusier e equipe brasileira, é inevitável. O edifício ministerial, projetado em 1936 e concluído em 1942, consolida o insipiente modernismo brasileiro, até então feito de pontualidades dispersas pelo país. Os conceitos e o método de trabalho do mestre suíço determinam uma influência decisiva, perceptível na faculdade paranaense.¹⁷

Resumidamente, e sem pretender esgotar essa comparação: o prédio carioca consta de uma lâmina e de um volume menor, que o atravessa, à extremidade do qual fica o auditório. A disposição desses volumes ocupa duas laterais da quadra, deixando livre para ajardinamento o espaço restante.

O projeto proposto por Azambuja e aprovado pela Universidade consta de duas lâminas – com sete e doze pavimentos – entre as quais o bloco de três pavimentos da Reitoria, ao qual está ligado o auditório. A área entre os três blocos, protegida pela massa edificada, fica livre.

Semelhança, evidentemente, mais do que casual. Principalmente se atentarmos para o vocabulário adotado: soltura dos volumes sobre colunas (*pilotis*) para liberação de áreas do térreo, *brise-soleil* fixo na elevação sudoeste e janelas comuns na elevação oposta. O uso de rampas para circulação vertical fica evidenciado por grandes áreas envidraçadas, as laterais dos blocos são cegas. Todo um vocabulário em comum, portanto, atesta a filiação do conjunto curitibano ao carioca.

E, no entanto, o uso desse vocabulário – no caso do Rio de Janeiro, uma cidade ao nível do mar – numa cidade com altitude média próxima dos mil metros, resultou num edifício bastante desconfortável, frio. A orientação dos *brises* não permite controle da captação de calor – calor que, num processo de convecção na caixa das rampas, termina por escapar pelas fitas de janelas da elevação da Rua General Carneiro.

Criou-se o mito de que o prédio fora projetado para o Nordeste do Brasil e construído em Curitiba por contingências burocráticas. Ou que – sugestão evidente das rampas – fora projetado para hospital e adaptado para edifício com fins didáticos.

São tipos de boato recorrentes, frutos do nosso fastio com a burocracia – e tanto não são absurdos que o fato veio a ocorrer com o prédio das Ciências Exatas, no Centro Politécnico, como veremos.

O que nos parece ter ocorrido foi uma fidelidade excessiva aos princípios projetuais modernistas. Entre eles, a confiança plena e ilimitada na tecnologia como capaz de resolver todos os problemas. Assim como se confiou aos elevadores o principal fluxo vertical, certamente pensou-se também que qualquer desacerto em relação ao clima poderia ser resolvido com o condicionamento. Raciocínio, de resto, lícito quando a crise energética ainda não despontara no horizonte.

O auditório, concebido no projeto, tem sua construção adiada. E, à ocasião da construção, acaba sendo substituído por outro, projetado pelo engenheiro Rubens Meister.

Pelo menos conceitualmente, a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras parece ter-se originado no mesmo grupo de intelectuais que fundara, anteriormente, o Círculo de Estudos Bandeirantes.⁴⁶ Percebe-se que os nomes são os mesmos que acompanharão a Faculdade até sua maturidade e configuração definitiva.

Quando de sua fundação efetiva, em 1938, a tendência para ser incorporada à Universidade do Paraná já era clara: a maioria dos docentes já pertencia ao quadro da instituição.

No conturbado período do governo Manoel Ribas, rompe-se a cumplicidade com o governo estadual e o espaço ocupado no Congresso Legislativo estadual passa em parte ao Círculo de Estudos Bandeirantes e em parte à edificação particular pertencente ao prof. Homero de Melo Braga.

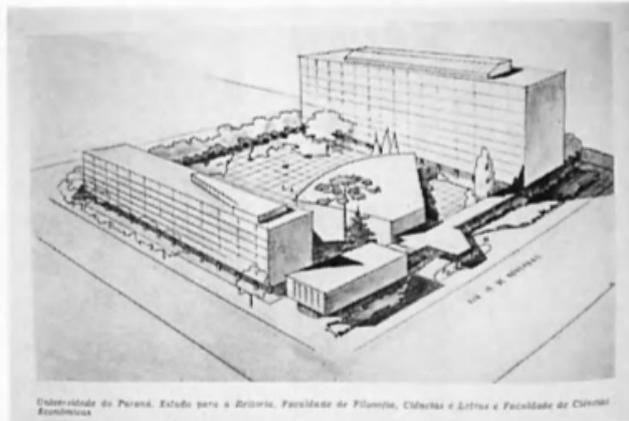
Já em 1939, sob administração dos Irmãos Maristas, inicia-se a construção do edifício onde seria instalada a Faculdade, mediante aluguel – a quadra que ficou conhecida por ter abrigado o Colégio Santa Maria, ao lado do teatro Guaira. A conclusão do edifício, no ano seguinte, permite a correta instalação de todos os cursos.

Em 1943, quando da visita à cidade do ministro Gustavo Capanema, iniciam-se as tratativas visando a integração à Universidade do Paraná. Em 1946, ano da restauração da universidade, além de subvenções estaduais, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras recebe doação de terreno no Cajuru por parte da Prefeitura Municipal.

Com a federalização da Universidade, e após a consideração de algumas alternativas, decide-se finalmente pela construção do complexo capaz de abrigar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas e a Reitoria.

O conjunto estava concluído em 1962, ano das comemorações do meio século de existência da Universidade do Paraná. Abrigava a Faculdade de Ciências Econômicas no bloco de sete pavimentos, a Faculdade de Filosofia – à qual se encontravam articulados todos os cursos da área humanística – no bloco de doze pavimentos e a Reitoria no bloco de três pavimentos com seu mezzanino.

O edifício tem seu projeto aprovado em 1952 e é concluído em 1958. Em 1962, ano do meio século de existência da Universidade do Paraná, era seu grande atestado de modernidade.⁴¹



Estudo inicial para o complexo da Reitoria. Fonte: *Revista Técnica*.



Perspectiva do projeto original, provavelmente em 1954.



Obras do edifício D. Pedro I
e auditório
Fonte: Biblioteca
Central da UFPR.



Obras de construção
do auditório
Fonte: Biblioteca
Central da UFPR.



Obras do edifício D. Pedro I,
vista do pátio da Reitoria.
Fonte: Biblioteca Central da UFPR.



Obras do edifício D. Pedro I,
vista da Rua Gal. Carneiro.
Fonte: Biblioteca Central da UFPR.



Complexo da Reitoria em 1962. Fonte: Publicação *UFPR 50 anos*



Pátio da Reitoria e edifício D. Pedro II. Fonte: Publicação *UFPR 50 anos*.

O Centro Politécnico: engenharias, tecnologia e modernidade

As “aulas de Fortificações” abertas em 1698 no Rio de Janeiro estão provavelmente entre as primeiras preocupações com o ensino de Engenharia no Brasil.

Durante o século XIX, enquanto os arquitetos se debatem na esterilidade dos revivalismos, a construção é conduzida, do projeto à obra, pelos engenheiros. Ensina Argan: “Por trás do interesse prático, havia uma idéia revolucionária: empregar materiais e técnicas da construção utilitária para levantar um edifício altamente representativo, fazer arquitetura com os procedimentos da engenharia”.

Não é diferente a situação brasileira nas primeiras décadas do século XX. O seguinte incidente, relatado por Plácido e Silva, mais do que representativo, é definitivamente um retrato da sociedade brasileira, no qual o prestígio do bacharel em Direito supera o dos técnicos.

Entre as primeiras opções oferecidas pela instalação embrionária da Universidade do Paraná, ainda no sobrado do ervateiro Miró, estava a engenharia. Conta Plácido e Silva:⁴²

Indagaram-me:

- Aonde vai?
- Vou matricular-me na Universidade.
- Em que curso?
- O de minha predileção: engenharia.
- Ora, assevera um deles... Não perca tempo indo para um curso complicado. Por que não estuda Direito? ... É mais fácil, principalmente para quem já vive em lides jornalísticas e rodas de conversa.

E, no entanto, a modernidade tecnológica reagia eficientemente: dos 97 matriculados para o primeiro ano letivo, o de 1913, 32 estavam no curso de engenharia.

Já em 1914, a Engenharia estava funcionando no edifício da Praça Santos Andrade, juntamente com os demais cursos iniciais da Universidade. Foi dos primeiros a sentir necessidade de espaço para expansão: houve aumento da ala da rua XV de Novembro em 1925 e novamente em 1946, prolongando-se esta obra até 1954. Ao fim de cada etapa, constatava-se a necessidade de mais espaço.

Área parecia que jamais seria o problema nos 500.000 metros quadrados doados pela

Prefeitura Municipal à Universidade. O local já estava consignado desde o Plano Agache, em 1943: a perfeita circularidade da mais externa das vias de contorno prevista era quebrada pela designação “Cidade Universitária”. E, no entanto, já na década de 50, percebia-se que a área não comportaria a integralidade das instalações necessárias à Universidade, sendo então feita a opção por instalar aí apenas as engenharias, sob a designação de “Centro Politécnico”. A mudança ocorre em 1961, “após três anos de trabalho ininterrupto”, segundo o prof. Ildelfonso Puppi.³² O constante desdobramento dos cursos, em vista das novas áreas de pesquisa e ensino, levou à construção de muitos edifícios não previstos originalmente, o que comprometeu a unidade do conjunto.

O projeto do Centro Politécnico é atribuído a Rubens Meister – a comissão de projeto e gerenciamento do complexo tinha também os nomes dos professores Paulo Augusto Wendler, Ralph Jorge Leitner e Samuel Chamecki. A mesma comissão que, pouco após a instalação da Escola de Engenharia no Centro Politécnico, iria agenciar a criação do Curso de Arquitetura e Urbanismo.

Também a carreira do engenheiro Rubens Meister é representativa da época. Ao contrário daqueles que foram buscar formação de arquiteto em outros Estados, preferiu formar-se em Engenharia e dedicar-se ao projeto arquitetônico. Nascido em 1922 em Botucatu, São Paulo, de família curitibana, formou-se engenheiro pela Universidade do Paraná em 1947. Ainda estudante, venceu concurso para o projeto do Panteão dos Heróis, na Lapa. Um ano depois de formado, em 1948, é classificado em terceiro lugar no concurso de projetos para o novo Teatro Guaíra. No entanto, o governo seguinte incluiu seu projeto entre as obras comemorativas do Centenário da Emancipação Política, preterindo os dois primeiros colocados, projetos ecléticos. É o governo de Bento Munhoz da Rocha Neto – de opção modernista para todo o conjunto de obras planejado.¹⁹

Num momento em que a melhor arquitetura era a feita pelos engenheiros, é evidente que eles assumem as atribuições dos arquitetos com vantagem. Ao longo de uma carreira pontuada por importantes obras públicas e comerciais em Curitiba, Rubens Meister foi fiel à lição racionalista de Mies van der Rohe, o mais radical dos grandes modernistas.

Observe-se que, segundo uma matéria da *Revista Técnica* do Diretório Acadêmico de Engenharia do Paraná, compreensivelmente atenta às obras da Universidade, já se previa no

Centro Politécnico o Curso de Arquitetura e Urbanismo em 1960, junto com os cursos de Engenharia Civil e Engenharia Mecânica.

A arquitetura que se fazia na cidade era, portanto, produzida por três tipos de profissionais: arquitetos nativos formados fora e convidados a projetar na cidade (David Azambuja, Vilanova Artigas, Elgson Ribeiro Gomes), engenheiros trabalhando como arquitetos (Rubens Meister, Lolô Cornelsen) e arquitetos sem qualquer ligação anterior com a cidade, convidados por circunstâncias diversas (Ulisses Burlamaqui). O crescimento deste último grupo estará vinculado aos primórdios do Curso de Arquitetura e Urbanismo.

Era mais que evidente que, como mercado de trabalho, a cidade estava pronta para a profissão de arquiteto. Essa circunstância ensejou a estruturação do Curso de Arquitetura e Urbanismo por parte da Escola de Engenharia.

Em 1965, fazendo parte da concepção de Jorge Wilhelm para o Plano Diretor de Curitiba, cria-se o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) na estrutura administrativa municipal.

O tripé construção civil, Curso de Arquitetura e Urbanismo e IPPUC propiciará a consolidação profissional dos arquitetos em Curitiba. Era mesmo eficiente, nas décadas de 60 e 70, o funcionamento articulado das três alternativas de trabalho.

Os primeiros professores do curso vieram de Minas Gerais (Armando Strambi e Marcos Prado), São Paulo (Forte Neto) e Rio Grande do Sul (Leo Grossmann). Mais tarde também do Rio de Janeiro (Marlene e Almir Fernandes e Cyro Correa Lyra). A esse grupo inicial, juntam-se professores da Escola de Engenharia para as disciplinas técnicas e arquitetos já estabelecidos na cidade, nativos ou não.

O corpo docente logo passa a ser composto também por alunos formados nas primeiras turmas do CAU, que fizeram adaptação curricular a partir do curso de Engenharia Civil. A partir do início dos anos setenta, passam a ingressar no quadro de professores arquitetos formados totalmente em Arquitetura pela UFPR.”

Ao longo de quatro décadas, o Centro Politécnico foi a área preferencial de expansão da UFPR. Independente do acerto ou equívoco dessa atitude – e das circunstâncias que a ela levaram –, acumularam-se construções no *campus*, algumas bastante precárias.

Entre as que se pautaram pelo respeito ao conjunto – e sendo contemporânea da se-

quência principal dos blocos didáticos – está a Escola de Química.

O Curso de Química Industrial da Escola de Engenharia existe na Universidade do Paraná desde 1924, tendo sido iniciado no porão do edifício da Praça Santos Andrade. Reconhecido em 1940, é instalado, a partir de 1952, em antiga escola à Rua Bom Jesus, no Juvevê. Daí sairá, em 1972, para o Centro Politécnico. À época, sua estrutura passa a englobar também o Curso de Química, oriundo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, já incorporada à Universidade do Paraná. Ainda do mesmo ano é a inauguração das Usinas Piloto, em bloco próximo.

O maior edifício acrescido ao Centro Politécnico é o das Ciências Biológicas, no ângulo formado pelas rodovias BR-116 e PR-277. Criado na Reforma Universitária de 1973, o Setor assimilou os antigos Instituto de Biologia (originário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras) e de Bioquímica, este existente na Universidade do Paraná desde 1958. De sua locação original, na Praça Santos Andrade, irá por algum tempo para o edifício das Ciências Agrárias.

O edifício atual foi projetado em 1975 pelo escritório dos arquitetos Luís Forte Neto, José Maria Gandolfi, Orlando Busarello e Dilva Slomp.

A atual estrutura de Setores e respectivos Departamentos da UFPR resulta de um longo e complexo percurso, que remonta aos primórdios da instituição. A estrutura inicial, universitária, é fragmentada em faculdades, como já visto, é reunificada com a Restauração. Na ocasião, e pelos anos seguintes, incorpora Faculdades e Escolas surgidas em processos paralelos. A partir de 1970, criam-se os Institutos – órgãos de pesquisa, vinculados a Departamentos – que ofertam os cursos profissionalizantes. Logo a seguir, a Reforma Universitária reorganiza e renomeia toda a estrutura, introduzindo os Setores que agrupam Departamentos.

O atual Setor de Ciências Exatas reúne cursos originários da Universidade do Paraná e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – tendo funcionado durante alguns anos no edifício da Santos Andrade e outros no antigo Colégio Santa Maria.

O seu caráter de fornecedor de disciplinas básicas, principalmente a cursos instalados no Centro Politécnico, fez com que para aí fosse levado em 1996.

O edifício foi projetado por arquitetos de Mato Grosso do Sul visando à construção em Goiás, e, como não poderia deixar de ser, é totalmente inadequado para Curitiba.

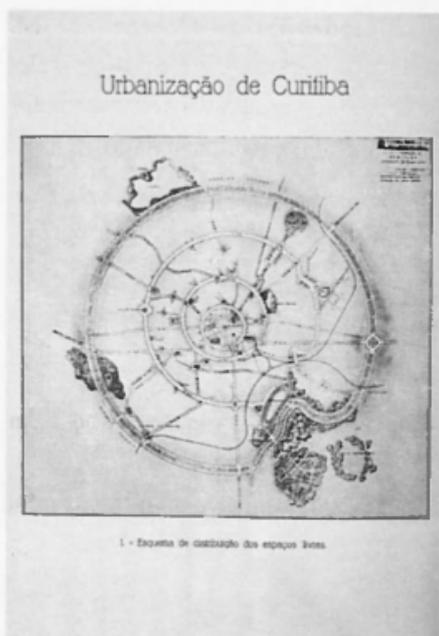
O curso de Engenharia Elétrica começou em 1964, atendendo demanda do governo

estadual, que previa necessidade de profissionais na área. Na década de 50, a situação energética do Paraná era caótica, e o desenvolvimento da COPEL (Companhia Paranaense de Energia Elétrica) era previsível. De início, ofertou-se apenas o curso de Eletrotécnica.

O mesmo processo se repete em 1976, quando passa a ser ofertado o curso de Telecomunicações para atender à evidência de expansão representada pela Telepar (Telecomunicações do Paraná). E, novamente em 1982, oferta-se o curso de Eletrônica com vistas ao estabelecimento de indústrias na CIC (Cidade Industrial de Curitiba).

O edifício onde o curso se encontra instalado, com seus laboratórios, foi construído em 1964.

Não se espera que a Universidade, como instituição, estacione – o que seria a única justificativa para praticar arquiteturas passadas. Assim, a diversidade das construções feitas ao longo de quarenta anos no *campus*, mais que compreensível, é desejável. O que na verdade destoa, no Centro Politécnico, é muito mais o improvisado em algumas adaptações tornadas necessárias com a crescente complexidade das instalações.



Plano para Curitiba, do urbanista Agache. A "Cidade Universitária" encontra-se no canto inferior direito. Fonte: *Revista Técnica* do DAEP, 1943.



Planta para implantação do Centro Politécnico. Há várias versões, com pequenas diferenças. Data provável: final dos anos 50
Fonte: Arquivo dna. Flora.

Vistas aéreas do campus
Jardim das Américas.
Data provável: 1960.
Fonte: Arquivo dna. Flora.





Perspectiva do conjunto do Centro Politécnico, provavelmente da época do projeto.
Fonte: Arquivo dna. Flora.





O culto da tecnologia - painel de Poty no saguão do Centro Politécnico.
Fonte: Disciplina Arquitetura Brasileira, da UFPR.



Evento não identificado, diante da Administração do Centro Politécnico.
Fonte: Arquivo dna. Flora.

Visita do Presidente Jânio Quadros ao Centro Politécnico em 1961.
Fonte: Arquivo dna. Flora





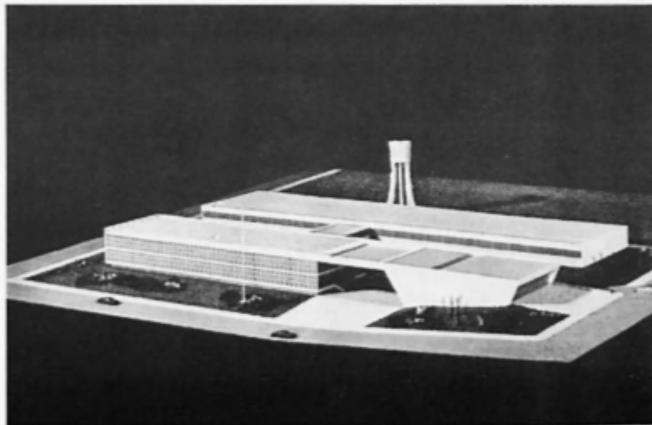
Perspectiva estrutural de projeto não executado para a Biblioteca Central.
Fonte: Arquivo dna. Flora.



Escola de Química na Rua Bom Jesus. Data provável: década de 50.
Fonte: Biblioteca Central da UFPR.



Edifício da Escola de Química na Rua Bom Jesus.
Data provável: década de 50.
Fonte: Biblioteca Central da UFPR.



Maquete para a Escola de Química no Centro Politécnico.
Data provável: início dos anos 60.
Fonte: Arquivo dna. Flora



Vista aérea e terrestre do edifício do Setor de Ciências Biológicas no Centro Politécnico.
Fonte: Arquivo da Prefeitura da Cidade Universitária da UFPR.

Um lar para moças estudiosas: a Casa da Estudante Universitária

As profundas transformações na sociedade brasileira, a partir da Segunda Guerra Mundial, atingem a provinciana Curitiba – entre elas, o aceno de novas portas de acesso das mulheres à formação universitária e à profissionalização.

O crescimento da estrutura da Universidade do Paraná – inclusive o previsível para a década entrante – foi forte atrativo populacional, inclusive atraindo para a cidade estudantes de outros estados e países. Curitiba se orgulhava então dos apelidos aos quais fazia jus – “Cidade Universitária” e “Coimbra Brasileira”.

A população assim acrescida é um universo rico de peculiaridades, recessivas e quase extintas ao início do século XXI. Não é ocorrência curitibana, mas brasileira – parece-nos que apenas em Ouro Preto se mantém a instituição das “repúblicas” e todo o folclore a elas inerente.

O número cada vez maior de moças vindas do interior do estado em busca dos cursos da Universidade levou à criação, em 1954, da Casa da Estudante Universitária de Curitiba, após dois anos de articulações. A sede inicial, à Rua José Loureiro, abrigava vinte moradoras, assumindo desde o início a Reitoria o ônus do aluguel. Sendo construção antiga e precária, constantemente apresentando problemas nas instalações e, portanto, uma manutenção dispendiosa, foi mudada para a rua Mariano Torres – mais próxima, também, da Universidade e alojando 48 moradoras.

Assim, a Universidade favorecia e mesmo num certo sentido patrocinava oficialmente essa transformação social. Ao mudar em 1962 para a nova sede, construída pela instituição, é evidente que as moradoras atrelam a ela seus projetos de vida individuais. No que isso possa ser favorecido pelo prestígio da instituição ou no que, pelo seu caráter desde sempre democrático, a Universidade favorecesse liberdades pouco assimiladas à época.

Assinala Ana Paula Vosnc Martins³⁹ que a CEUC foi “um espaço público criado para facilitar a continuidade de projetos individuais de jovens mulheres que buscavam, através de formação universitária, maior conhecimento e profissionalização”.

Os grandes investimentos dos anos 50 dotaram a Universidade do Paraná de uma grande estrutura, abrangendo todas as áreas de profissionalização: Medicina com o Hospital de

Clínicas, Humanidades com o Pedro I e II, Engenharias com o Centro Politécnico. Várias outras obras participam dessa estrutura e são de mesma época ou próximas. É compreensível, portanto, que polarizasse extensa região – o próprio crescimento de Curitiba e de outras cidades do Estado tornava os vestibulares progressivamente mais concorridos, aumentando a população estudantil.

Existia, desde os anos 50, ao lado do Colégio Estadual do Paraná, a Casa do Estudante Universitário, pertencente ao Estado, que atendia a população estudantil masculina. O surgimento da Casa da Estudante era previsível.

A época, a Universidade dispunha de Escritório Técnico para acompanhar o grande volume de obras – e foram dois arquitetos desse escritório os autores do projeto, executado em 1962.

Jorge Ferreira, formado pela Escola Nacional de Belas Artes em 1936, teve, como é evidente, contato direto com a equipe que, sob a liderança de Le Corbusier, projetava o Ministério de Educação e Saúde no ano de sua formatura. Tendo trabalhado como arquiteto do Ministério da Educação, conheceu o Reitor Flávio Suplicy de Lacerda, que o convidou para o Escritório Técnico, então acompanhando grandes obras. José Genuíno de Oliveira, também formado pela ENBA já nos anos 50, vem a convite de Jorge Ferreira.⁸

Não se pode deixar de contextualizar que Brasília fora inaugurada no ano anterior – e a arquitetura modernista brasileira estava em seu máximo prestígio em todo o mundo. As revistas especializadas mais prestigiosas noticiavam com destaque os empreendimentos brasileiros – ou tiravam edições especiais, como foi o caso da *L'Architecture d'Aujourd'hui* sobre a produção dos arquitetos brasileiros. Talvez o indicador mais sintomático seja o livro de Henrique Mindlin, *L'Architecture Moderne au Brésil*, que teve edições em francês, alemão e inglês em 1956, e em português somente em 1999.

O edifício era totalmente dedicado às estudantes. Além da residência feminina, abrigava o Restaurante Universitário, o Diretório Central dos Estudantes e o salão de festas/cinema.

O Modernismo brasileiro era então encarado como uma tendência definitiva, inquestionável, que regeria os destinos da Arquitetura para todo o sempre. Seu desenvolvimento se fazia pela aceitação das lições dos grandes mestres – principalmente Le Corbusier e Mies van der Rohe. Compreende-se que esses arquitetos tinham uma preocupação em consolidar o

Modernismo como estilo universal, algo de indissolivelmente vinculado à modernidade industrial. Preocupação que não existia para outros modernistas – por exemplo, Frank Lloyd Wright e Oscar Niemeyer, com uma produção formalmente personalista.

A CEUC, assim, assimila basicamente as lições de Le Corbusier e Mies van der Rohe, sendo um dos mais perfeitos e plenos edifícios modernistas de Curitiba.

As duas lâminas principais são prismas perfeitos, com as laterais sem vãos e apoiadas sobre pilotis que as articulam com o bloco horizontal: o tratamento das aberturas, onde a captação solar e desejada, se faz por extensas áreas envidraçadas; onde se procura isolamento do ambiente, são reduzidas a estreitas fitas, pequenos quadrados e mesmo pequenas aberturas de excelente efeito composicional.

Mas também o tratamento do salão de festas/cinema, sua escadaria em degraus independentes, a soltura em relação ao solo, nesses dois grupos de referências, deixam claras as lições dos dois grandes mestres, apropriadas de várias obras com grande competência profissional. Não se pode deixar de considerar que o Modernismo sempre se propôs como um estilo, de modo que esse uso de um vocabulário em comum com obras de outros arquitetos, mais que lícito, era desejável.

Podemos afirmar que é com a Casa da Estudante Universitária que o Modernismo pleno está representado no extraordinário acervo de obras da Universidade do Federal do Paraná. E corresponde, cronometricamente, a uma década de grandes realizações modernistas na cidade e no país.

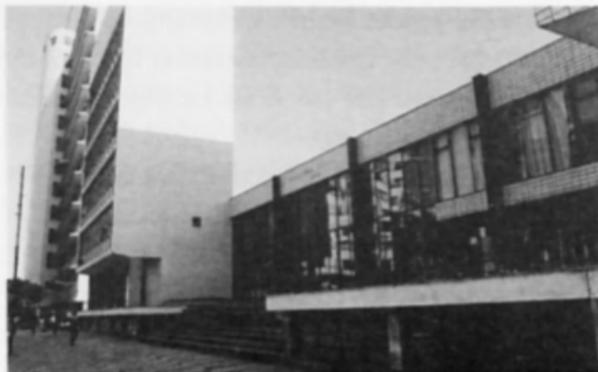
Observe-se que, já correndo os anos 60, a Universidade faz uso de grandes terrenos em áreas nobres da cidade. Situada entre o complexo da Reitoria e o Hospital de Clínicas, a CEUC dista cem metros da artéria principal da cidade, a Rua XV de Novembro. Área que, mesmo central, mantinha-se predominantemente residencial à época.

José Genuíno de Oliveira foi do grupo inicial de professores do Curso de Arquitetura e Urbanismo – eram poucos os arquitetos estabelecidos na cidade e a muitos não interessava o envolvimento com o processo de ensino. É o caso, entre outros, do pioneiro Frederico Kirchgassner. Como vimos, quando se fazia necessário um projeto moderno, importava-se um profissional de outro estado. E foi essa a mentalidade que presidiu a formação do corpo docente inicial. Captada pela Escola de Engenharia a necessidade da formação de arquite-

tos, convidaram-se profissionais formados por escolas consolidadas do país, principalmente São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.²¹

A primeira consulta sobre o currículo é feita ao líder do movimento modernista no Brasil, Lúcio Costa, em 1957. Com pequenas modificações, foi o currículo implantado. Em 1962, o curso está estruturado e as aulas são iniciadas no seguinte ano letivo.

Quanto à Casa da Estudante Universitária, sofreu alterações em seu uso com os acontecimentos políticos que se seguiram ao maio de 1968. O Diretório Central dos Estudantes foi fechado e suas instalações usadas pelos serviços administrativos da Universidade. Também o salão de festas/cinema foi transformado em Biblioteca Central. Essas alterações ainda não foram revertidas.



Conjunto da Casa da Estudante: salão de festas e DCE.
Fonte: Arquivo da Prefeitura da Cidade Universitária da UFPR.

Obra do bloco residencial
da Casa da Estudante.
Data: 1962
Fonte: Publicação *UFPR 50 anos*

O Campus Jardim Botânico e a pós-modernidade arquitetônica

Tendo iniciado seu processo evolutivo no sobrado de características coloniais do ervaiteiro Miró, a Universidade do Paraná se transfere, em clima de entusiasmo e pioneirismo, para o Palácio da Luz. A partir desse momento, o crescimento dos cursos transborda e se descentraliza para edifícios sempre sintonizados com a modernidade arquitetônica. Assim, o tímido *art-déco* da Escola de Agronomia inicia o processo que se afirma no grande conjunto do Hospital de Clínicas, e se revelará plenamente na concepção dos edifícios D. Pedro I e II, sob influência direta do Modernismo recém-aportado na capital da República. O Centro Politécnico será a máxima configuração do racionalismo modernista e a Casa da Estudante Universitária a mais evoluída expressão de sua plasticidade.

Essas construções – e outras constantes deste trabalho – contam como a Universidade Federal do Paraná sempre se pautou pelas tendências arquitetônicas vigentes.

A partir das obras dos anos 60, inicia-se um grande hiato, a ser quebrado quase trinta anos à frente, com as obras do campus Jardim Botânico.

No entanto, não é a uma crise na arquitetura que se pode atribuir esse vazio – mas a condicionantes políticos e econômicos. Tanto que os anos 60 e 70 correspondem a uma afirmação muito forte dos arquitetos paranaenses formados pelo Curso de Arquitetura e Urbanismo: a fase dos projetos para concursos, com mais de cinquenta classificações nessas duas décadas.

Embora em parte essa afirmação tenha sido obra dos profissionais vindos de fora e que se relacionaram de alguma maneira ao Curso, a outra parte, mais importante, corresponde à fertilidade do terreno: é o desempenho dos arquitetos formados pela UFPR. Depoimentos tomados de todos os fundadores do Curso de Arquitetura e Urbanismo convergem ao atestar que a chegada da profissão de arquiteto a uma cidade onde ela era desconhecida, mas onde há muito se fazia necessária, gerou um clima de entusiasmo entre os pioneiros que é certamente a raiz mestra desse desempenho.

Esse grande sucesso se dá inteiramente dentro da vigência da cartilha modernista, graças a uma boa assimilação e uso competente que dela se fez. E, no entanto, o Modernismo não era eterno como se presumia – ao fim de um período de cerca de vinte anos, o formulário

se exaure. No Brasil, podemos dizer que seu ímpeto inicial causou uma afirmação extraordinariamente sólida e plena, mas esse monolitismo o enrijeceu e condenou.

O esvaziamento da proposta modernista ainda não foi preenchido. O que seja o pós-modernismo na arquitetura ainda não está claro – e talvez jamais se esclareça.³⁸

Nas novas perspectivas artísticas e arquitetônicas não há, propriamente falando, uma experimentação de formas, linguagens e expressão; não existe aquela "vontade de estilo" que constituiu um dos panos de fundo dos pioneiros das vanguardas. (...)

A partir desse ponto de vista, o Pós-moderno, como já a peculiaridade semântica dessa palavra manifesta, é uma não-arte, uma não-arquitetura e um não-estilo.

A diversidade das arquiteturas que estão sendo feitas no Campus Jardim Botânico da UFPR é, portanto, compreensível a partir dessa busca por novos rumos.

A subsede do Setor de Ciências Sociais foi a primeira construção no Campus Jardim Botânico. Após o incêndio ocorrido no início dos anos 90 no edifício da Praça Santos Andrade, surgiu a necessidade de relocação urgente do Curso de Odontologia, o que permitiria agilizar o restauro do prédio. O curso funcionava no local desde sua instalação, ocupando a ala para a Rua XV de Novembro, onde fora a Escola de Engenharia. Os pedestres que vinham da Santos Andrade para a Rua XV viam pelas janelas equipamentos e estudantes de jaleco branco inclinados sobre os pacientes.

Como contribuição à reinstalação, um grupo de arquitetos fez doação do projeto a ser construído no campus Jardim Botânico, terreno já de posse da Universidade após negociações com o INPS. O projeto, feito em 1994 pelos arquitetos Amalia V. Pont, Clovis Boguszewski, Eunice Rauen Vianna e Vania Deeke, foi construído a seguir.

Em continuidade, foi ampliado em duas alas para abrigar os cursos de Farmácia e Nutrição. Projetadas pelo Escritório Técnico da Prefeitura da Cidade Universitária, seguiram no entanto a mesma plasticidade, devido à proximidade com o bloco da Odontologia. Volumetricamente simples, percebe-se na sua concepção a sobrevivência de itens modernistas, como a ênfase nos materiais e estruturas.

O Curso de Farmácia também está entre os mais tradicionais da Universidade do Paraná, já sendo ofertado quando da instalação no sobrado de Manoel Miró. Foi transferido com os demais cursos para a Praça Santos Andrade. Quando o crescimento de suas instalações

exigiu mais espaço – década de 30 – foi transferido para um colégio adaptado. O *Anuário 1956* da Universidade do Paraná assinala que “instalada a Escola de Engenharia no Capane-
ma, pensamos que em princípios de 1959; então estarão instaladas também, em fins daquele
ano, as Faculdades de Farmácia e Odontologia”.

O curso esteve durante vários anos – não foi possível precisar o período – instalado em
prédio modernista à rua Coronel Dulcídio, de onde foi transferido para as instalações atuais em
1996.

A sede do Setor de Ciências Sociais Aplicadas é o mais recente dos grandes edifícios da
Universidade Federal do Paraná, tendo sido inaugurado no ano letivo de 2002. O projeto é
do arquiteto José Sanchotene, formado pela UFPR e professor do Curso de Arquitetura e
Urbanismo até a aposentadoria.

A Faculdade de Finanças e Administração do Paraná foi criada em 1945. Funcionou no
edifício D. Pedro II desde a conclusão deste em 1958. A partir da reforma universitária de
1973, passou a ser nomeado Setor e comporta três departamentos, o de Administração, o de
Ciências Contábeis e o de Economia.

A concepção arquitetônica é a de que cada um dos blocos atenda a um curso, contando
com andares específicos para salas de aula, gabinetes e espaços administrativos, sendo identi-
ficáveis pelas cores diferenciadas. Os blocos são articulados por um grande espaço de convi-
vência para os estudantes.

Detectada a necessidade de uma Escola de Florestas de nível nacional, foi ela criada,
em 1960, junto à Escola Nacional de Agronomia da Universidade Rural do Rio de Janeiro.
Era o governo Juscelino Kubitschek, e a implantação terminou por acontecer na Universida-
de de Viçosa, Minas Gerais, então em regime estadual. Aí funcionou durante quatro anos –
e, em 1963, foi trazida para Curitiba com professores, funcionários e estudantes, adquirindo
então sua configuração atual.

Alojada inicialmente no Centro Politécnico, no fim de 1965 foi transferida para a edi-
ficação à Rua Bom Jesus, onde estivera a Escola de Química – e aí permaneceu durante 34
anos. No ano 2000 recebeu sua sede definitiva no campus Jardim Botânico.²⁷

Projetado dentro da Universidade, pelas arquitetas Cleusa de Castro e Nadia Odete
Voloschen Kudrek, a ela vinculadas como alunas, depois respectivamente como professora e

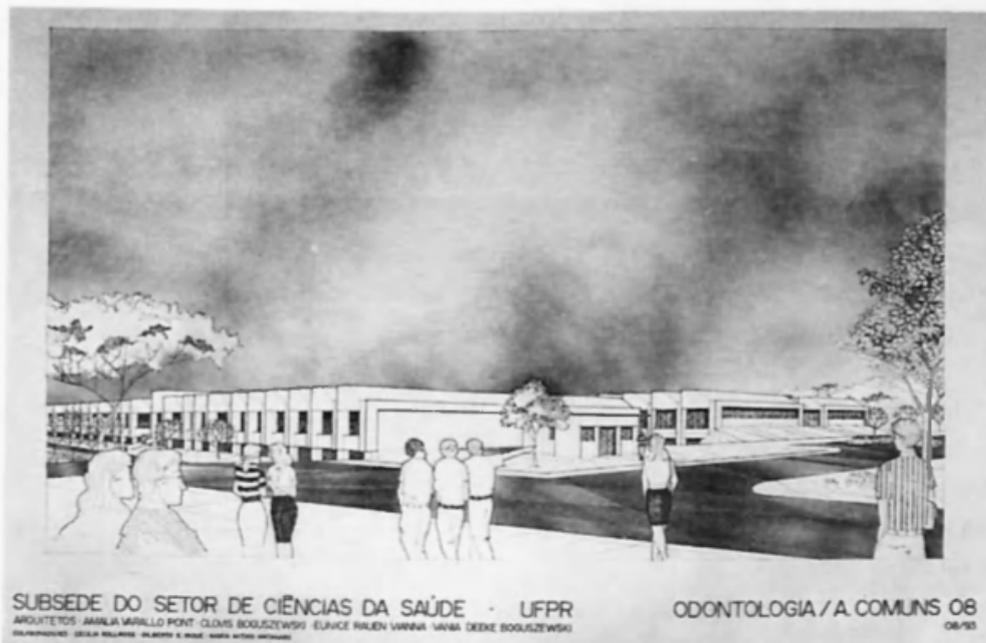
profissional contratadas, o edifício da Escola de Florestas se localiza dentro de uma estética possível, sem incorrer em releituras. Sua formulação evidentemente se posiciona adiante do Modernismo, usando da liberdade formal que é a grande conquista da arquitetura contemporânea.

Embora esse *campus* comporte as mais recentes edificações da UFPR, que sediam os setores de Ciências da Saúde e Ciências Sociais Aplicadas, é o edifício da Escola de Florestas o mais representativo das tendências arquitetônicas atuais. Após o grande volume de edificações dos anos 50 e início dos 60, há um grande período de poucas construções, retomadas na década de 80 e 90 no referido *campus*.

Vê-se que, não possuindo uma proposta formal explícita, a pós-modernidade arquitetônica só é identificável na medida em que nega o Modernismo. Em outras palavras, não propondo uma plasticidade específica, permitiu, sucessivamente, várias intenções. Todas refluíram, por inadequadas ao fim/início de milênio: mais uma revisão do classicismo, alta tecnologia como definidora da plástica. Modernismo reformulado – e todas tendendo, perigosamente, ao *kitsch*, ou nele incidindo conscientemente.



Uma das sedes da Faculdade de Farmácia
Fonte: Biblioteca Central



Perspectiva externa e interna do edifício de Odontologia na subsede do Campus Jardim Botânico do Setor de Ciências da Saúde.
 Data: 1994.
 Fonte: Acervo dos autores do projeto



O complexo de edifícios do Setor de Ciências Sociais Aplicadas no campus Jardim Botânico: simulações de espaço externo e interno do projeto. Data: 2001. Fonte: Acervo do autor.



Ângulos do edifício da Escola de Florestas em 2002.
Fonte: Acervo do autor.

Conclusão

Conclusão

Assinalamos, neste trabalho, que a Arquitetura das construções da UFPR sempre acompanhou as características formais vigentes – o que foi a hipótese de trabalho que norteou toda a pesquisa desde a escolha da amostragem. Acreditamos que a hipótese ficou demonstrada, e daí decorrem pelo menos duas conclusões.

A primeira é que se trata de um acervo de construções expressivo no sentido de que, através dele, chegamos a um conhecimento maior da sociedade que os construiu, sua História, sua mentalidade, suas idéias. Necessariamente, a UFPR deverá zelar pela sua preservação e integridade – o que não significa recurso ao tombamento, aliás já aplicado a várias unidades. Uma instituição dedicada ao Conhecimento, à Ciência, tem todas as condições de fazê-lo por si mesma – e é tanto mais importante que tenhamos nossos próprios parâmetros quanto nossos prédios carecem de constantes adaptações e atualizações. A consciência do valor do nosso acervo deve ser o paradigma central de nosso comportamento em relação a eles.

Embora em Curitiba tenhamos uma quantidade razoável de boas obras modernistas, não contamos com obras excepcionais. Então, mais do que pela idade, pela autoria ou seguindo qualquer tendência arquitetônica, devemos pensar em conjuntos de prédios agrupados ou num logradouro, ou conforme tipologias, ou ainda temáticos, como é aqui o caso. O conjunto das construções da UFPR, conquanto desigual em qualidade de arquitetura, é dos mais representativos de Curitiba.

A segunda conclusão diz respeito ao que esperar dos projetos para os próximos edifícios.

O Modernismo foi hegemônico internacionalmente – e com especial veemência no Brasil – durante décadas. O número dessas décadas depende das balizas que escolhermos para periodizar. Mas, numa perspectiva de conjunto da História da Arquitetura, ele, o Modernismo, surge como uma ruptura de múltiplas causas dentro da continuidade da Era do *kitsch*, iniciada com o Eclétismo do fim do século XIX e agora continuada pelo pós-modernismo. É evidente que a contribuição modernista é indelével, como é evidente que a própria indefinição conceitual do que seja a pós-modernidade arquitetônica é explicativa das tendências no mínimo ambíguas que já pontilham as cidades brasileiras – Curitiba inclusive. Devemos, é claro, levantar o anátema que pesa sobre a palavra *kitsch* e trabalhar seu conceito – mas as evidências são de que já trafegamos nessa “rua de mão única”.

Referências

- 01 - AMARAL E SILVA, Victor Ferreira do. *Relatório geral da Universidade do Paraná*. Curitiba: Hoffmann, 1913.
- 02 - AMARAL E SILVA, Victor Ferreira do. Universidade do Paraná. In: *EDIÇÃO comemorativa do Centenário do Paraná*. Rio de Janeiro: Ilustração Brasileira, 1953.
- 03 - *ANUÁRIO DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ*. Curitiba: UFPR, 1956.
- 04 - BARATA, Mário. Século XIX. Transição e início do século XX. In: ZANINI, Walter (Org.). *História geral da arte no Brasil*. São Paulo: Instituto Walter Moreira Salles, 1983.
- 05 - BUHRER, Nilton Emílio. *50 anos da história da Escola de Química da UFPR, 1924-1974*. Curitiba: UFPR, 1987.
- 06 - CARNEIRO, David. *Educação, universidade: história da primeira Universidade do Brasil*. Curitiba: UFPR, 1971.
- 07 - CARTAXO, Ernani. *Histórico da Universidade do Paraná e sua restauração*. Xerox.
- 08 - CASTRO, Cleusa de. *O edifício da Casa da Estudante Universitária de Curitiba; um gesto de modernidade*. Curitiba: UFPR, 2000. Dissertação (Mestrado).
- 09 - *CENTRO de Cultura da UFPR*. Curitiba: UFPR, s.d.
- 10 - CHIESA, Paulo. *O desenho como designio: por uma ética do risco*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2001. Tese (Doutorado).
- 11 - DE SÁ BARRETO; GOMES ROSA, J. *Curitiba*. São Paulo: Habitat, 1952.
- 12 - DONI FILHO, Luiz. *História da Escola Agrônômica do Paraná*. Curitiba: UFPR, 1995.
- 13 - DUDEQUE, Irá; GNOATO, Salvador. Modernidade esquecida, art-déco na área central de Curitiba. In: *Locus*, Curitiba, n. 4, 2000.
- 14 - FARIA, Nivaldo Maranhão. Relatório da construção de edifícios da Universidade do Paraná. In: *Anuário da Universidade do Paraná*, Curitiba: 1954.
- 15 - FERREIRA FILHO, Leônidas. Universidade do Paraná. In: EL-KHATIB, Faissal (Org.). *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969.
- 16 - FURTADO, Jucundino. *Universidade do Paraná*. Basilea: Service des Pays. [19—].
- 17 - GNOATO, Salvador. *Introdução do ideário modernista na cidade de Curitiba*. São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado).
- 18 - GONÇALVES JUNIOR, Antônio. UFPR; um edifício e sua história. In: *Boletim da Casa Romário Martins*, Curitiba, n. 122, 1997.
- 19 - GONÇALVES, Josilena Maria Zanello. *Arquitetura moderana no Centenário de Emancipação Política do Paraná: a construção de um marco de referência*. São Carlos, 2001. 221 f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.
- 20 - HISTÓRICOS das Faculdades e Escolas da Universidade do Paraná. *Anuário da UFPR*, Curitiba, 1962.
- 21 - IMAGUIRE JUNIOR, Key. *A arquitetura no Paraná: uma contribuição metodológica para a história da arte*. Curitiba: UFPR, 1982. Dissertação (Mestrado em História do Brasil).

- 22 - IMAGUIRE JUNIOR, Key. *História do CAU*. Curitiba, 1987. Informações obtidas através de fontes orais.
- 23 - LACERDA, Maria Thereza Brito de. *O sobrado da Rua Comendador Araújo 268*. Curitiba: SECE, 1983. Datilografado.
- 24 - LIMA, Eduardo. *Victor Ferreira do Amaral: o reitor de sempre*. Curitiba: Imprensa da UFPR, 1982.
- 25 - MACEDO, Alceu Ribeiro de. Universidade Federal do Paraná: um pouco de sua história. In: *CATÁLOGO da Universidade Federal do Paraná*. Curitiba: UFPR, 1977.
- 26 - MACEDO FILHO, João B. de. *A Universidade do Paraná*. Curitiba, 1927.
- 27 - MACHADO, Sebastião do Amaral; PEDROSA-MACEDO, José Henrique. *A Engenharia Florestal da UFPR: a primeira do Brasil*. Curitiba, 2000.
- 28 - NASCIMENTO, Eduardo (Org.). *Calendário 99*. Curitiba: APUFPR, 1998.
- 29 - NICOLAU DOS SANTOS, José. *Emiliano Pernetá, o catedrático fundador da UFPR*. Curitiba: UFPR, 1982.
- 30 - PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura. Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico. *Termo de abertura de processo de tombamento; autor n. 02/95 - CPHA*. Curitiba, 05 de junho de 1995. 42 f.
- 31 - PILOTO, Valtrido. *Universidade Federal do Paraná: primórdios, modernização, vitórias*. Curitiba, 1976.
- 32 - PUPPI, Ildelfonso. *Fatos e reminiscências da Faculdade*. Curitiba: UFPR, 1986.
- 33 - RATACHESKI, Alir. Cem anos de ensino no Paraná. In: *PRIMEIRO Centenário da Emancipação Política no Paraná*. Porto Alegre: Globo, 1953.
- 34 - RIBAS, Manoel. *Relatório 1932 a 1939*. Curitiba, 1940.
- 35 - SCHWAB, Silvia. *O Setor de Ciências Exatas - UFPR*. Curitiba, 2002.
- 36 - SIQUEIRA, Marcia Dalledone. *Faculdade de Direito, 1912/2000*. Curitiba: UFPR, 2000.
- 37 - SIQUEIRA, Marcia Dalledone. *Curso de Química; sessenta anos de história*. Curitiba: UFPR, 1999.
- 38 - SUBIRATS, Eduardo. *Da vanguarda ao pós-moderno*. São Paulo: Nobel, 1984.
- 39 - VOSNE MARTINS, Ana Paula. *Um lar em terra estranha*. Curitiba: Quatro Ventos, 2002.
- 40 - *UFPR - 80 anos de resistência*. Curitiba: Assessoria de Comunicação Social, 1992. 1 cassete ; color.; VHS NTSC.
- 41 - *UNIVERSIDADE do Paraná; 1912/1961*. [Curitiba: s.n., 19—].
- 42 - WACHOWICZ, Ruy. *Universidade do Mate*. Curitiba: APUFPR, 1983.
- 43 - WANKE, Eno Teodoro. *Tempos universitários*. Rio de Janeiro: Plaquette, 1996.
- 44 - WESTPHALEN, Cecília Maria. Histórico da Universidade Federal do Paraná. In: *CATÁLOGO da Universidade Federal do Paraná*. Curitiba: UFPR, 1985/86.
- 45 - WESTPHALEN, Cecília Maria. *Universidade Federal do Paraná, 75 anos*. Curitiba: SBPH-PR, 1987.
- 46 - WESTPHALEN, Cecília Maria. *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná - 50 anos*. Curitiba: SBPH-PR, 1988.
- 47 - XAVIER, Alberto. *Arquitetura Moderna em Curitiba*. São Paulo: Pini, 1985.

Fontes consultadas

Biblioteca do Setor de Tecnologia da UFPR

REVISTA TÉCNICA DO INSTITUTO DE ENGENHARIA DO PARANÁ. Curitiba: IEP, 1973-1980.

REVISTA TÉCNICA. Curitiba: DAEP, 1943-1949.

Período 1973 a 1980

LIVRO AZUL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 1935, 1939, 1940, 1944.

Prefeitura da UFPR

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Prefeitura da Cidade Universitária. Arquivo de plantas.

Biblioteca Central da UFPR

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Biblioteca Central. Secção de Memória. Documentos e fotografias.

Departamento de Arquitetura

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Setor de Tecnologia. Curso de Arquitetura e Urbanismo. Gabinete da disciplina Arquitetura Brasileira.

Fundação Cultural de Curitiba

FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA. Casa da Memória. Pastas de recortes e publicações diversas.

Biblioteca Pública do Paraná

BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ. Secção de Documentação Paranaense. Pastas de recortes e publicações diversas.

Reproduções fotográficas

Francisco Razzia

Gabriel Gallarza

Agradecimentos

- À profa. Ana Maria de Oliveira Burmester, por acreditar que seríamos capazes de fazer este trabalho;
- às professoras Josilena Maria Zanello Gonçalves, Marcia Kersten e Silvia Schwab pela cessão de materiais de seus arquivos pessoais;
- ao prof. Aloisio Leone Schmit, pela confirmação da minha teoria sobre o desconforto do edifício D. Pedro I;
- aos professores Glaci Zancan, Darcy Olavo Woellner, Ehrenfried O. Wittig, José Henrique Pedrosa de Macedo, Vismar da Costa Lima Neto e Gilberto Francisco Oro - em cujas memórias está grande parte da história não escrita da UFPR;
- ao pessoal da Prefeitura da Cidade Universitária, arquitetos Alexandre Neves e Silva, Nádia Odete Voloschen Kudrek e engenheiro Paulo Werner Hackradt, por nos confiarem originais de documentos importantes;

- às professoras Vera Lucia Belo Chagas e Raquel Pinheiro Costa Jordão, pelo empréstimo de fotografias;
- às bibliotecárias Eliane Maria Stoparo e Dulcinéia Gomes Delatre, do Setor de Tecnologia, pelo atendimento dedicado e eficiente; e a Angela P. Farias Mengatto pela correção das referências bibliográficas;
- à dna. Flora Regina Dimario, servidora do setor de Tecnologia, por ter salvo da perda definitiva várias das fotografias deste trabalho;
- à aluna Laura Esmanhoto Bertol, pelo socorro logístico nos dias da “virada”.

A Universidade pública e o futuro

Renato Janine Ribeiro*

Qual pode ser o futuro da Universidade pública brasileira, numa época em que a maioria dos que convivem nela – professores, funcionários e alunos – a sente ameaçada? E isso num quadro marcado por alguns traços que assim podemos resumir, rapidamente: primeiro, um avanço significativo dos indicadores de seu desempenho; segundo, uma limitação das verbas destinadas a ela, que se vê forçada a produzir mais, porém com menores recursos; terceiro, uma opinião pública, ou uma mídia, que exige cada vez mais da Universidade pública mas, também, a submete a um volume crescente de críticas; quarto, o crescimento do ensino privado de terceiro grau, que se beneficia dos professores aposentados da Universidade pública e, apesar dos altos preços cobrados por seus serviços, desfruta de uma razoável simpatia governamental e até social.

Não é estranho que, nesse contexto, muitos desanimem. Afinal, a cobrança do setor público de ensino superior, por parte do governo e da sociedade, cresce na mesma proporção em que diminui o respeito efetivo por ele. Nas avaliações do ensino de terceiro grau, de modo geral, foram as instituições públicas que se saíram melhor – e, no entanto, os recursos líquidos destinados a elas não têm sido capazes de mantê-las no mesmo patamar de efetivos de alguns anos atrás. Mais que isso, nessa conjuntura em que a Universidade pública tem dificuldades de preservar sua saúde, ela se vê chamada a resolver problemas que vão muito além dela, a começar pelo acesso desigual das diferentes classes sociais e das etnias (especialmente os negros), a uma formação de terceiro grau. Quer dizer, a um só tempo a Universidade dispõe de menos meios e dela se exige que atenda a mais fins.

Mas, justamente para não nos desanimarmos, procuremos a questão estratégica, a pergunta-chave que nos permitirá entender que rumos a Universidade pública pode e deve tomar. Essa pergunta será: *em que consiste o caráter público do ensino público?* Unimo-nos, muitas vezes, professores, alunos e funcionários na defesa da Universidade pública, mas não nos

* Professor Titular de Ética e Filosofia Política na Universidade de São Paulo. Mestre em Filosofia pela Sorbonne, doutor e livre-docente em Filosofia pela USP. Ex-membro (1993-1997) do Conselho Deliberativo do CNPq. Ex-presidente (1991-94) da Comissão de Cooperação Internacional da USP. Ex-membro da Diretoria da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (1997-99) e de seu Conselho (1995-97 e 1999-2003). Autor de *Ao leitor sem medo – Hobbes escrevendo contra o seu tempo* (2ª edição, Editora UFMG, 1999), *A sociedade contra o social – o alto custo da vida pública no Brasil* (3ª reimpressão, Companhia das Letras, 2002, Prêmio Jabuti de melhor ensaio em 2001), *A etiqueta no Antigo Regime* (4ª edição, Moderna, 2000), *A República* (Publifolha, 2001) e *A Democracia* (2ª impressão, Publifolha, 2002). Organizador do livro *Humanidades – um novo curso na USP* (Edusp, 2001).

preocupamos em defini-la com precisão. É possível que esta imprecisão constitua uma das causas para a sua fraqueza ante a opinião pública. Há outras causas, é evidente, mas devemos concentrar-nos nesta vagueza nos seus contornos, porque, se cotejada com as causas que sucintamente resumimos acima, é esta a que mais está em nossas mãos identificar e modificar.

O problema, a meu ver, é que por ensino público se entende quase que somente a sua gratuidade. Esse viés talvez resulte da pressão dos alunos, mas é assumido por quase toda a comunidade universitária. Assim o dever, que tem o Estado, de garantir boa educação acaba se reduzindo ao de assegurar que ela não seja paga por seus beneficiários *diretos*. Com isso, ademais, perde-se de vista quem serão os *beneficiários indiretos* de uma boa educação. Beneficiários indiretos do bom ensino serão, por exemplo, já não os médicos, mas seus pacientes, já não os professores do ensino elementar e médio, mas seus alunos, já não os engenheiros e arquitetos, mas quem vá morar nas casas que eles construirão. É evidente que os beneficiários indiretos são mais numerosos – e, por que não, mais importantes – do que os beneficiários diretos.

Infelizmente, desta não-discussão, resulta que boa parte das manifestações em defesa do ensino público acabe sendo percebida socialmente como um argumento corporativista, para que os estudantes do terceiro grau mantido pelo Estado não paguem pela educação recebida – que, obviamente, é custeada pelo resto da sociedade. Procurarei sustentar que, embora a gratuidade seja importante e defensável, ela não esgota o caráter público do ensino.

Um bom ensino público é dever do Estado, e será público não tanto por ser estatal, mas, antes de mais nada, por estar baseado em certos valores republicanos. Destes, os principais são os seguintes. Primeiro, a laicidade. Historicamente, ela significava a independência em face da Igreja, a separação da ciência e da religião, a construção de instituições de ensino que valorizassem o conhecimento científico e rompessem com a pregação religiosa. Construir tudo isso se mostrou muito difícil. O peso da religião, sobretudo católica, no mundo acadêmico brasileiro foi mais duradouro do que a separação constitucional entre Igreja e Estado. Recordo a história de um professor de Direito, numa boa universidade pública, que em plenos anos 70 refutava o marxismo com uma frase só, “ele é ateu” – como se esse fosse um argumento. Em nossos dias, a religião não ameaça mais no mundo acadêmico, a laicidade vem se impondo – mas isso não significa que esta esteja assegurada em definitivo: ainda tem batalhas por travar.

Porque, hoje, o espírito laico na pesquisa e na formação deve incluir, mais que tudo, o respeito à diferença de opiniões e o exercício do raciocínio crítico. Isso implica a recusa de qualquer tutela partidária e de proselitismo político. Não se trata de algo fácil. Cursos universitários, mesmo bons, orientados para uma clientela de empresários, dificilmente exporão pontos de vista críticos ao capital, ou realizarão pesquisas que salientem o caráter perverso de nosso desenvolvimento econômico. E, inversamente, é pouco provável que outros cursos e pesquisas, voltados para um público de movimentos sociais, apresentem as idéias liberais sobre a economia de uma forma que não seja caricata. Em suma, uma das exigências maiores da laicidade se resume em abrimos mão da caricatura e promovermos o diálogo, o confronto, a pluralidade.

Segundo valor republicano: a igualdade de todos, no tocante às oportunidades oferecidas. Isso também não é nada simples, e não se resume em oferecer vagas mediante um vestibular honesto. (Acabar com a fraude no vestibular já não foi nada fácil, o que os mais jovens nem imaginam). Como disse certa vez Bernard Shaw, o fato de que a lei seja igual para todos não quer dizer que todos sejam iguais perante a lei: quem dorme sob a ponte não é par de quem tem uma bela mansão. Não basta, pois, a igualdade formal. Mas, por outro lado, a proposta de cotas, por etnia, classe social ou escola de origem, é contestável, por várias razões. Primeira, a desigualdade social não é apenas, nem mesmo essencialmente, gerada pela Universidade. Segunda, a Universidade pública está carente de meios até para atender a fins que eram os seus, quanto mais para assumir novas finalidades. Terceira, as cotas melhoram a vida de alguns, mas não a de todos os discriminados – afinal, o que elas fazem é cooptar, entre os mais pobres, alguns que ascendam socialmente, quando o desejável e justo será acabar com a miséria e reduzir a desigualdade social como um todo, não apenas em parte. Quarta, o importante, na boa formação de graduação, não é tanto quem recebe o diploma (o beneficiário direto, de que falamos acima), mas quem vai desfrutar de seu bom exercício profissional (o beneficiário indireto) – e para esse, mais importante do que a etnia ou a classe de quem se forma, é o currículo estudado, a orientação introduzida. E, finalmente, a Universidade pública tem como seu diferencial mais precioso, não o ensino de graduação que concede diplomas, mas a pesquisa, que é o que torna o ensino nela ministrado melhor, e além disso resulta em ganhos sociais significativos, dos quais falaremos mais adiante.

Estes são argumentos contra uma política de cotas. Mas é bom frisar que, se não houver resultados tangíveis, em poucos anos, na redução das desigualdades sociais – e principalmente na mais visível, aquela que prejudica os negros e seus descendentes – as cotas, com todos os defeitos que têm e que expusemos, adquirirão uma legitimidade incontestável e terminarão por se impor. E isso porque a discriminação social está-se tornando escandalosa, não porque venha aumentando, mas porque as justificativas que ela recebia, diretas ou indiretas, explícitas ou envergonhadas, vêm, felizmente, perdendo legitimidade.

Em suma, é necessário e mesmo prioritário conceber soluções que dêem, à maioria de excluídos, oportunidades pelo menos para competir com a minoria que desfruta de uma efetiva cidadania. Esse misto de igualdade (de oportunidades) e de liberdade (de escolha) é essencial para uma sociedade ser republicana, isto é, colocar a coisa pública, o bem comum, acima dos privilégios e das diferenças sociais. Nada disso está assegurado no Brasil. E, embora a Universidade deva ser rigorosamente apartidária e ciosa de sua pluralidade de idéias, inclusive políticas, ela deve se comprometer de maneira clara e eficaz com a grande causa nacional que é a abolição da miséria e a redução das desigualdades sociais.

Continuemos explorando o que quer dizer *público*, no ensino. Ele é público também – ou talvez acima de tudo – porque seus resultados devem difundir-se por toda a sociedade, pertencendo à esfera do direito, que é potencialmente universal, e não ao âmbito do privilégio, que é limitado. Mas como se dá essa difusão? Como ocorre a fecundação da sociedade pelo ambiente universitário? Sabemos que nem todos têm acesso à educação. Concordaremos que o acesso universal ao primeiro grau é direito a ser estabelecido onde ainda não está consolidado, e que o mesmo vale para o segundo grau. Diremos o mesmo do acesso à Universidade? Pelo menos a médio prazo isso pareceria irreal. Mas, se entendermos que o caráter público do ensino, no caso da Universidade, reside na sua gratuidade, não teremos saída: ou ela será universal, ou não será pública. Neste caso, a consequência lógica seria que ela ainda não é pública, e somente se tornará tal daqui a muito tempo, quando se der a matrícula de vários milhões de brasileiros a mais, por ano, em universidades gratuitas. É curioso que, assim, seria um equívoco falar em *defender* o ensino público universitário – uma vez que ele não existiria, ainda, e jamais teria existido em nosso país! Poderíamos, isto sim, propor que viesse a existir; mas não poderíamos dizer que devesse ser defendido de ameaças que por princípio

não existiriam, já que não há como ameaçar o que inexistente. E caberia, aliás, perguntar se devem mesmo todos cursar a universidade, o que implica indagar qual é mesmo o seu papel – ou se muitos não poderiam ter uma boa formação, sem passar pelo ensino superior.

Se a confusão do ensino público universitário com o ensino gratuito desemboca nesse impasse, então o correto será pensar que o caráter *público* da Universidade estará em outro ponto. Entendo que este é o da fecundação da sociedade por ela, ou da *apropriação social dos seus resultados*. Trata-se de conceito ainda pouco trabalhado, mas que merece ser desenvolvido. Em suma, o que se procura é menos ver o princípio jurídico (a quem pertence o estabelecimento? Qual a forma de provimento de seus cargos, de suas vagas etc.? Quem e como o financia?) e mais o seu funcionamento efetivo, digamos, sociológico: quem auferiu vantagens, e quais, da Universidade? E como se repartem esses benefícios pela sociedade, e em especial pelas classes em que se divide o social?

É importante notar que não estamos falando nos três setores, isto é, na divisão da economia e da sociedade entre um setor privado, um estatal, e um terceiro, que seria público, porém não-estatal, cobrindo acima de tudo, mas não só, as organizações não governamentais. O que discutimos aqui é outra coisa: a substituição do paradigma jurídico e constitucional pelo exame do funcionamento efetivo da vida social. Isso nada tem a ver com defender a retração do Estado em face das vontades privadas. O que se deve é, simplesmente, perguntar como a sociedade – muito longe, portanto, do privado e dos indivíduos – se apropria do conhecimento, quer o de ponta, pesquisado nas melhores universidades, quer o transmitido na formação aos profissionais.

Mais que isso: não é o caso de contrapor, à Universidade, a figura do contribuinte. Efetivamente, na Inglaterra e nos Estados Unidos, onde a democracia tem sua remota origem na luta dos pequenos e dos médios para controlar a aplicação dos impostos que pagavam, o *taxpayer* assumiu importância decisiva para se pensar a ordem pública e seu governo pelos cidadãos. Assim surgiram os Parlaentos, na Inglaterra do século XIII, e assim se rebelaram, no século XVIII, os colonos da América do Norte contra o colonialismo britânico. Em nosso país, porém, o discurso de defesa do contribuinte ante o poder público geralmente é mal formulado. Seu grande defeito é que costuma omitir o fato de que em nosso país os mais pobres pagam uma proporção maior de impostos, relativamente à sua renda, do que a classe

média e os ricos. Isso porque, devido ao peso que tem no Brasil a taxaço do consumo, são tributados os artigos consumidos pelos mais pobres, e é pequena a tributação – e grande a sonegação – da renda dos mais ricos. O discurso de defesa do contribuinte tem sido, aqui, o de celebração da classe média e de avantajamento dos ricos, fazendo até passar a falsa imagem de que, por estarem isentos do imposto de renda, os pobres não pagam impostos.

Mas, sobretudo, o que não devemos é estabelecer entre a sociedade e a Universidade a relação que há entre o comprador e a mercadoria. Não se trata de melhorar a qualidade do produto, ou serviço, que se pagou. Questões de cidadania não se reduzem a problemas de consumo – embora, é claro, o consumo possa e deva ser tratado a partir da perspectiva da cidadania. Mas uma coisa é tornar o consumo cidadão, criando canais para reclamarem os descontentes com os produtos que compraram – outra, totalmente diferente, é tornar a cidadania uma mercadoria. A sociedade é mais que o mercado. Não devemos ter nada contra ele, que é ainda o sistema mais eficaz para assegurar o aumento da produção e a qualidade da distribuição, mas é preciso recordar que – ao contrário do que reza certa ideologia – nunca existiu mercado sem alguma tutela estatal. Algum Estado sempre foi necessário para garantir a regularidade das trocas, a qualidade da moeda, a paz circundante aos negócios. Se quisermos democratizar nosso mundo, o meio não é libertar o mercado dos controles do Estado, mas é aumentar o controle da sociedade sobre o Estado – e, daí, sobre o mercado.

A Universidade de qualidade – e no Brasil as melhores são as públicas – forma pessoas para o mercado de trabalho e desenvolve pesquisas que resultam em diferentes interfaces com a sociedade. Sua produção mais visível, para o grande público, está no primeiro campo, o do mercado de trabalho. Milhares de estudantes recebem, cada ano, seus diplomas, pelos quais, nas Universidades públicas, geralmente não pagam nada. Ora, é preciso perguntar como se dá a apropriação desses resultados pela sociedade. Não pairam dúvidas de que, quando se forma um professor de Letras ou de História que se dedique ao ensino, ou um médico que se consagre a atender a população carente, o sentido social de sua formação está sendo perfeitamente atendido. Mas o mesmo não é óbvio se formamos um advogado ou um médico que selecionem especialidades que lhes rendam muito dinheiro: nesses casos, é bem diferente a apropriação dos resultados do trabalho universitário. A questão a discutir, aqui, é se ela não constitui uma apropriação privada, patrimonialista, do que é social ou público, em suma, do

que deveria ser de todos. O assunto é, sem dúvida, muito delicado. Seria impróprio coibir a liberdade de pesquisa e seria simplista reduzir as habilitações de uma universidade pública àquelas que atendam às camadas mais pobres da sociedade brasileira. Não é papel do ensino superior formar uma gigantesca rede de assistência e promoção social. Mas, mesmo assim, há que discutir nossos currículos e perguntar como eles se empenham – se é que se empenham – no combate à dívida social.

Note-se que desta questão não cabe inferir uma defesa da cobrança do ensino nas universidades públicas. Tal interpretação do que acabamos de dizer apenas ocultaria a discussão aqui proposta. Porque a questão não é cobrar ou não do estudante, conforme o uso que ele fará da formação recebida à custa (realmente) de todos e para o bem (idealmente, mas não na prática) de todos. Contudo, e os verdadeiros defensores da universidade pública devem ter consciência disso, a idéia de cobrança se expandirá mais e mais, se não for debatida a questão essencial, isto é, como a sociedade pode – não financeiramente, mas socialmente – cobrar dos egressos o investimento (financeiro, sim, mas sobretudo social) que neles foi feito! Os ataques da mídia à Universidade pública em última análise se sustentam na percepção, por um público cada vez mais amplo, de que ela só acolhe parte minoritária de sua possível clientela. Por isso, se continuarmos insistindo na tecla central da gratuidade, a maioria da população – que se vê forçada a pagar pelo ensino privado de terceiro grau – criticará cada vez mais as Universidades federais e estaduais.

A verdadeira questão é a seguinte: cabe ao setor público orientar o ensino que ministra, de modo a assegurar que ele se concentre nas prioridades de todos, evitando ou reduzindo a apropriação privada acima criticada. Cobrar o ensino seria mexer nas coisas apenas parcialmente, e de maneira bem pouco satisfatória, já que, primeiro, o custo de uma boa educação pública é muito alto, segundo, tecnicamente é difícil decidir qual curso deveria ser cobrado mais caro e qual mais barato, e terceiro, também é complicado determinar quem pode pagar ou não (a declaração de renda do pai não adianta muito, porque não sabemos se o estudante é sustentado ou não por ele). O importante não é o Estado cobrar em dinheiro pela educação, caso em que o ensino público simplesmente se converterá em empresa (e na competição com as empresas privadas ele geralmente se sai pior que elas), mas colocar na agenda de discussão quais são as prioridades sociais na apropriação do conhecimento transmitido nas suas Universidades.

Também faz parte da discussão sobre a Universidade pública o exame das interfaces que ela mantém com a sociedade. São as mais diversas. Uma delas é, claro, a descoberta e repasse de tecnologias para os produtores de bens e serviços, isto é, geralmente as empresas. Como, porém, a sociedade é algo bem mais amplo que a empresa, também fazem parte dessas interfaces as questões relativas à cidadania. Por isso, não é só quando a universidade viabiliza uma nova forma de produzir um sapato ou de cultivar milho, mas também quando seus pesquisadores participam de um projeto voltado para os direitos humanos ou divulgam o saber adquirido através de artigos na imprensa, que se realiza essa relação com a sociedade.

Trata-se, num caso e no outro, de relações bem distintas e complexas. Começamos pela mudança na produtividade industrial ou agrícola. Ela beneficia, de imediato, o empresário, mas, sobretudo se houver um mercado concorrencial, por um lado, e controle universitário e social, por outro, a tecnologia nova poderá baratear e melhorar os produtos, resultando finalmente em vantagens para um espectro maior de consumidores. Mesmo assim, será preciso discutir quais consumidores são os mais beneficiados, de que classes sociais etc. – e essa análise requer os instrumentos de conhecimento que pertencem às ciências humanas e sociais. Ou seja, mesmo quando as ciências exatas e biológicas geram conhecimento que pode ser apropriado tecnologicamente, por intermédio das empresas, a questão de como se dá essa apropriação deve ser debatida pelas ciências humanas e sociais.

Já a difusão de uma consciência e de práticas voltadas para os direitos e deveres de cidadania tem, por definição, um impacto bem mais amplo (o termo preciso seria mais *difuso*), perceptível mas pouco mensurável. Esse impacto opera por diversas ondas sucessivas, que porém não têm sequer a simplicidade dos círculos concêntricos, pois o desenho é mais o das intersecções ou, mesmo, o das ondas que vão e vêm. Os resultados são, portanto, difíceis de medir, mas pode-se, a médio termo, constatar-se uma mudança nas atitudes sociais que, pelo menos em parte, terá decorrido da intervenção do pesquisador.

Como a tendência nossa é demasiado “materialista”, percebendo melhor o que é a produção de bens visíveis e tangíveis, dos quais é fácil identificar as causas, e menos bem o que é a construção do ser humano e de sua sociedade, para os quais não cabe a causalidade mecânica ou sucessiva, o resultado é que geralmente se constata melhor a interface com o mundo empresarial. Percebe-se mais facilmente a incorporação social das novas tecnologias

em bens e serviços. Evidencia-se a contribuição das ciências exatas e biológicas para o mercado. Mas, se tudo isso é positivo, o negativo é que com isso se esquece o impacto social mais difuso do que são a aquisição e transmissão universitárias do conhecimento, e em particular aquilo que provém das indagações científicas e filosóficas sobre o homem e o mundo social. É importante que os pesquisadores das ciências humanas e sociais se conscientizem melhor do impacto que seu trabalho de fato tem, e do qual, por vezes, refugiando-se na simples defesa do seu espaço de pesquisa, eles mesmos se esquecem.

Porque o impacto das ciências humanas e sociais se dá não pelo mercado, mas pelo *público*. Estas áreas têm mercado, sim, mas seu mercado é menos importante do que seu público. O que elas fazem não é produzir bens ou serviços, mas contribuir, decisivamente, para a formação de um espaço público de compreensão, de pensamento, de sensibilidade. Um exemplo é importante. Sem a discussão realizada em nossas universidades sobre os valores, a política e a sociedade, seria inconcebível o ambiente democrático em que vivemos hoje. Não teríamos chegado, como chegamos, ao melhor momento da história brasileira em termos de liberdades democráticas – de expressão, de organização, de escolha. Ainda falta muito para nossa democracia se realizar, como regime não apenas das instituições, mas também da sociedade; contudo, o que conseguimos até o presente pelo menos abre caminho para uma democratização crescente do Brasil. Nosso país tem uma história pela frente, ou seja, o seu desenho político atual permite pensar, sem convulsões, sem golpes de Estado, uma evolução democrática bastante positiva. E, se nossa opinião pública se foi acostumando a viver em democracia, boa parte disso se deve ao modo como o saber das ciências humanas e sociais, trabalhando questões como igualdade, liberdade e aceitação da divergência, se capilarizou pela sociedade brasileira.

Mas este processo é menos visível que o da transferência de tecnologia da Universidade para a empresa. Por isso, acabamos acreditando que a interface da academia com o setor produtivo de bens e serviços é a única que funciona. Tal percepção, aliás, é comum tanto aos críticos das áreas de Humanas quanto a muitos de seus defensores – neste último caso, àquelas que têm, como primeira reação, o senti-las ameaçadas. Devo então dizer que essa percepção assenta num erro básico, que é confundir mercado e sociedade. Tal equívoco é o que permite dizer que as ciências humanas e sociais dispõem de pouco lugar na nova ordenação

dos liames entre a Universidade e a sociedade. Deve-se responder, a essa afirmação, que as ciências humanas e sociais tratam precisamente da sociedade, a qual é muito mais do que o mercado. E por isso mesmo a discussão sobre a apropriação social dos resultados da pesquisa e da formação universitárias é assunto delas e, mais que isso, deveria ser a principal contribuição delas para repensar o ambiente acadêmico.

Enfim, falta, na Universidade, dar aos alunos – e depois ao que os norte-americanos chamam de *alumni*, os ex-alunos – um senso ético de sua responsabilidade social. Tentei fazer isso num projeto de curso na USP, *Humanidades*.¹ O que hoje temos, quando muito, é uma formação sem futuro. Pesquisa realizada alguns anos atrás afirmava que os alunos da Universidade de São Paulo manifestavam maior curiosidade cultural ao entrarem na graduação do que quando a concluíam. A contribuição da Universidade, portanto, para eles se interessarem por matéria cultural seria negativa – o que é bastante grave e exige mudanças. Pois eu acrescentaria que esse *day after* é negativo, também, eticamente. A militância e a generosidade dos anos de graduação cedem lugar a um senso de realidade bastante egoísta. Muitos, dentre os mesmos alunos que em seus anos de estudo se envolvem em causas nobres, depois se concentram na busca da vantagem e do sucesso pessoais. Esse fenômeno é bastante grave, porque converte a dedicação a ideais em apenas um rito de passagem, sem maiores conseqüências.

Ora, não será essa uma deficiência da Universidade: não contribuir para a formação ética? Formação ética que consiste, antes de mais nada, na responsabilidade ante a sociedade? Num país iníquo socialmente, é aceitável que a Universidade pública forme gente sobretudo para a apropriação a mais privada do seu saber? Evidentemente, não se trata de pedir que a Universidade *dê* uma formação ética. Ética não se dá, constrói-se, e pela interação de muitos atores, a começar pela família. Mas, de todo modo, há um momento na vida, em torno dos vinte anos, coincidindo geralmente com o período de estudo superior e com a passagem à idade adulta e profissional, em que as questões éticas se precipitam. As opções tomadas nesta fase são, talvez, as que maiores efeitos terão na vida ulterior. E pergunto: em que medida estamos, nós, professores, concorrendo para que tais escolhas sejam as melhores?

Um exemplo ajudará. Nas faculdades de medicina, o trote é um problema. No final da década de 1990, houve em vários lugares do país a percepção de que certos trotes particularmente violentos podiam até levar à morte. A solução adotada, em geral, consistiu em proibi-lo.

Mas, se historicamente o trote foi tão marcado e marcante na formação dos médicos, isso se deve ao fato de se colocar um jovem de menos de vinte anos em contato com a dor extrema e a morte, como se fossem questões técnicas e não humanas. Neste ponto, apesar dos avanços obtidos nos últimos anos, ainda resta muito por se fazer, tanto na capacitação psicológica dos rapazes e moças, quanto na sua formação ética, para trabalharem com a dor que outro ser humano sente.²

Tudo isso exige, porém, mais que uma pregação moral, um reexame dos currículos. O que ensinar de socialmente mais útil? Como perceber quais são as prioridades de nosso mundo? Como fazer isso, claro, sem coibir a liberdade de pesquisa? Como discutir, no caso desta última, a apropriação social de seus resultados e assegurar que esta seja justa? Todas estas questões vão muito longe. Seria pretensioso querer resolvê-las aqui, mas seria errado deixar de indicá-las.

Em suma, o que procuramos nestas poucas páginas foi delinear o que é o caráter *público* da Universidade em nossos dias. Qualquer descrição de nosso tempo tem de levar em conta aspectos contraditórios e relevantes. Por um lado, nunca a sociedade brasileira se viu tão atravessada, quanto hoje, pelo clamor contra a injustiça social e a miséria. Tudo o que é não-ético no Brasil – a corrupção, o patrimonialismo, a miséria, a enorme desigualdade – está sendo contestado com um vigor inédito. Não importa muito, então, se esses males aumentaram ou não, em comparação com outras épocas de nossa história: o que conta é que a aceitação social deles decresce, e haverá de decrescer mais ainda. Este é, seguramente, o traço mais positivo de nossos tempos.

Por outro lado, porém, a Universidade pública, em que pese toda a contribuição que ela já deu à sociedade brasileira, gerando os melhores de seus quadros e promovendo pesquisas que ajudaram nossa economia e nossa sociedade, hoje está sendo intensamente criticada. E as críticas que recaem sobre ela incluem tanto observações corretas quanto outras, erradas e injustas. Mas não basta lamentar a incompreensão ou mesmo a má vontade que tenham conosco: para a Universidade, tornou-se prioritário enfrentar suas relações exteriores. O desafio, para a boa Universidade pública nos próximos anos, é sair da defensiva e adotar uma postura eminentemente ativa. É este o ponto que une todas as nossas observações. Devemos mostrar o que fazemos e que não é percebido – como nossa contribuição para a democratiza-

2 Ver Renato Janine Ribeiro, "O trote como sintoma: a dor de lidar com a dor alheia". *Interface. Comunicação, Saúde, Educação*, Fundação UNI, Botucatu, n. 5, p. 153-160, ago. 1999.

ção do Estado e da sociedade brasileiros – mas, acima de tudo, devemos nos perguntar de que distintos modos o que fazemos é apropriado pela sociedade. E nos cabe interferir nessa apropriação social das pesquisas e da formação profissional, para que sejam as melhores, as mais justas que for possível.

À guisa de conclusão

Ana Maria de O. Burmester*

*"...não existe identidade sem confrontação, não há tradição viva sem encontro com o dia de hoje, não há inteligência do presente sem compreensão das descontinuidades da história".
(Roger Chartier, 1986)*

A oportunidade oferecida pelas comemorações dos 90 anos da Universidade Federal do Paraná nos faz refletir sobre a efeméride e a História. Como pensar a data e a História, hoje? Num primeiro momento, a simplicidade aparente do fato: a fundação, em 1912, da primeira universidade brasileira, a Universidade do Paraná. Fato significativo, digno de registro e de comemoração. Mas de qual perspectiva e idéia de História comemoramos? A epígrafe deste texto é reveladora: a História se constrói a partir do nosso tempo, da revisão crítica do passado, da compreensão das mudanças e, especialmente, das descontinuidades.

Ao individualizarmos uma instituição, a Universidade Federal do Paraná, não o fazemos por considerá-la autônoma e independente da sociedade que a gerou e a fez desenvolver-se. Ao contrário, reafirmamos que nenhuma existência, neste sentido individual, "possa ser vivida ao abrigo dos acontecimentos da grande história".¹ Estes acontecimentos não aniquilam a individualidade, eles a tornam inteligível, ao percebermos as relações de uma instituição com o seu tempo. Tempo longo, são, afinal, noventa anos: a Universidade foi criada, transformou-se, tornou-se uma instituição de ensino federal, sofreu as mudanças que afetaram o ensino público brasileiro, as reformas universitárias... Enfim, viveu a História em seu sentido pleno.

Ao revermos este passado, preferimos não o encarar apenas como tradição. Pensamos antes que a tradição é matéria para a atualização, pois na reminiscência se funda a necessidade de o presente se afirmar/reafirmar. Reafirmação constante dos valores de um ensino de nível superior, público, sempre presente nestes noventa anos, mesmo que de formas diferenciadas.

Num primeiro momento, respondendo aos anseios de uma elite paranista, que acompa-

* Professora titular do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná.
1 CHARTIER, Roger. A amizade da História. In: ARIÈS, Philippe. *O tempo da História*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989. p. 17

nhava seu tempo, o da modernidade das primeiras décadas do século XX. Na ocasião, uma modernidade que alcançava a própria identidade paranaense, em tempos de regionalismos federativos da Primeira República Brasileira. Uma Universidade que estabelece relações com a sociedade da erva-mate e a vivência cultural curitibana do período.

Os caminhos da História a levaram para a paralisação jurídica, momentânea, de suas atividades, sua restauração em 1946 e sua federalização em 1950. São os anos 50 do século passado, os tempos de desenvolvimentismo econômico, do governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira, que significavam para a Universidade o grande período de sua construção física e material. Ao mesmo tempo, o ano chave de 1953, que marcou o centenário da emancipação política do Paraná, provocou transformações na paisagem urbana de Curitiba.

A Universidade, simbolicamente fundada em 19 de dezembro de 1912, mesmo dia e mês da emancipação, acompanha todas essas mudanças, que tornam sua presença ainda mais notável na cidade e no Estado. Presença física, presença intelectual, presença cultural. Construindo-se como referência necessária no panorama paranaense, a Universidade tornou-se parte integrante dessa comunidade.

Nos anos 60, foi cenário e palco dos grandes movimentos da época: 1964, 1967, 1968, datas significativas para o Brasil e para um mundo também em transformação. Manifestações, passeatas, palavras de ordem, que do maio de 68, originalmente francês, espalham-se pela Europa, América do Norte, América do Sul. Tempos agitados, tempos de revolta, mas também tempos de construção da diversidade, da luta pela democracia, do reconhecimento pleno do sentido da própria palavra Universidade e de sua inserção em todos os campos do social.

Os anos 70 são lembrados pelas conseqüências das reformas universitárias de 1969 e 1972, mas ainda pelo desenvolvimento institucional dos cursos de Pós-Graduação na UFPR.

Na década seguinte, prosseguem os esforços em relação aos cursos de Pós-Graduação. Percebemos uma Universidade mais preocupada com suas diferentes especializações, acompanhando as novas formas de pensar o social desse período. As mudanças políticas nacionais, com o início da redemocratização, influenciam o percurso do movimento dos docentes da UFPR, já iniciado no final dos anos 70. A criação da ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – e as lutas pela carreira universitária são elementos importantes desse período.

Enfim, mudamos de século. A grande mudança não alterou fundamentalmente nossas idéias e concepção sobre a Universidade. Ela mostrou, e continua a mostrar, sua extraordinária capacidade de sobrevivência e adaptação em todos os seus tempos. E mais, consegue nos manter cônescios da necessidade de defendê-la. Sua manutenção significa muito. Significa preservar uma parte importante do nosso passado, a qual só pode ser mantida na medida em que acompanhamos sua própria transformação.

Ao planejarmos o livro comemorativo dos 90 anos da UFPR, tivemos sempre presente, em nossas decisões, um princípio fundamental: a necessidade da revisão do passado, não como resposta exata aos desafios de hoje, mas como fonte para reflexão e percepção de diferenças.

Neste sentido, os textos que compõem a presente obra seguem o critério referido. Um olhar sobre o passado com a perspectiva do presente. Carlos Alberto Faraco visita o passado na busca dos momentos nos quais, em sua análise, a Universidade mudou e se recriou. Visão histórica, sem dúvida, mas da História que percebe que ela própria é mudança.

O segundo texto nos oferece uma outra forma de pensar a História da UFPR. Diverso e complementar ao primeiro, mas não antagônico, centra sua análise na "Arquitetura da UFPR". Os autores, Key Imaguire Junior e Cleusa de Castro, entendem esta arquitetura em seu sentido amplo: de pedra, concreto e tijolos, mas também de sonhos e ambições. Construída, afinal, por decisões e atos daqueles agentes que fizeram a Universidade Federal do Paraná.

Não poderíamos encerrar sem a reflexão, necessária, sobre as perspectivas da Universidade pública brasileira. Renato Janine Ribeiro realiza esta reflexão, alertando-nos para a constatação, aparentemente óbvia, de que devemos nos posicionar pela defesa da Universidade pública, em tempos de ameaças e ataques que vem sofrendo. Segundo Janine Ribeiro, isso se faz justamente a partir da conceituação do caráter público do ensino público o que, para ele, significa um ensino baseado em certos valores republicanos. Estes valores dizem respeito ao ensino laico, pressupõem igualdade de oportunidades e liberdade de escolha. Sobretudo, é pública a Universidade cujos resultados – formação de profissionais, pesquisa, extensão – atendem a sociedade na qual está inserida, visando ao desenvolvimento da cidadania, em seu sentido pleno.

Blank Page



Este livro foi impresso na Gráfica do Banco do Brasil
para a Editora da Universidade Federal do Paraná em
dezembro de 2002.

Blank Page

Blank Page

ISBN 85-7335-110-1



9 788573 351101

